Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 11

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013 12

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 13

Demonstração do Valor Adicionado 14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 16

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 20

Demonstração do Resultado Abrangente 21

Demonstração do Fluxo de Caixa 22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 24

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013 25

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012 26

Demonstração do Valor Adicionado 27

Relatório da Administração 29

Notas Explicativas 45

Proposta de Orçamento de Capital 104

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva 105

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 107

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	88.682
Preferenciais	0
Total	88.682
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/07/2012	Juros sobre Capital Próprio	30/01/2014	Ordinária		0,09994
Reunião do Conselho de Administração	20/06/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2014	Ordinária		0,02804
Reunião do Conselho de Administração	28/07/2014	Dividendo	28/08/2014	Ordinária		0,12484
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2014	Ordinária		0,02708
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	25/04/2014	Dividendo	14/05/2014	Ordinária		0,23573
Reunião do Conselho de Administração	20/06/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2014	Ordinária		0,11000
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2014	Juros sobre Capital Próprio	30/12/2014	Ordinária		0,10994

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	746.704	636.236	568.669
1.01	Ativo Circulante	501.203	431.665	422.829
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.110	8.761	6.771
1.01.02	Aplicações Financeiras	189.554	154.119	167.288
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	189.554	154.119	167.288
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	189.554	154.119	167.288
1.01.03	Contas a Receber	239.147	214.256	199.389
1.01.03.01	Clientes	239.147	214.256	199.389
1.01.04	Estoques	37.006	29.845	33.723
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.773	14.253	9.252
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.773	14.253	9.252
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.613	10.431	6.406
1.01.08.03	Outros	8.613	10.431	6.406
1.02	Ativo Não Circulante	245.501	204.571	145.840
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.477	26.297	22.411
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.429	4.800	5.997
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.429	4.800	5.997
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	28.486	15.186	10.937
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	28.486	15.186	10.937
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.562	6.311	5.477
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	0	377
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	5.242	4.676	4.523
1.02.01.09.05	Outros Créditos	320	1.635	577
1.02.02	Investimentos	133.617	130.296	93.006
1.02.02.01	Participações Societárias	133.617	130.296	93.006
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	130.296	93.006
1.02.03	Imobilizado	24.386	21.748	20.729
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.386	21.748	20.729
1.02.04	Intangível	51.021	26.230	9.694

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04.01	Intangíveis	51.021	26.230	9.694
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	2.812	2.655	2.629
1.02.04.01.03	Direitos de uso de Lojas	1.078	1.078	125
1.02.04.01.04	Direitos de uo de Sistemas	47.131	22.497	6.940

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	746.704	636.236	568.669
2.01	Passivo Circulante	122.517	89.265	83.949
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.447	9.968	11.247
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.931	1.782	1.645
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.516	8.186	9.602
2.01.02	Fornecedores	64.368	28.072	25.691
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	64.324	28.055	25.454
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	44	17	237
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.504	5.889	4.586
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.497	5.807	4.211
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	3.497	5.807	4.211
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	74	363
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6	8	12
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.266	34.350	31.313
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	37.266	34.350	31.313
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	7.773	6.572	4.256
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	29.493	27.778	27.057
2.01.05	Outras Obrigações	3.932	10.986	11.112
2.01.05.02	Outros	3.932	10.986	11.112
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	7.598	8.945
2.01.05.02.04	Outras	3.932	3.388	2.167
2.02	Passivo Não Circulante	47.894	32.429	30.821
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	33.444	22.303	23.222
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	33.444	22.303	23.222
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	33.444	22.303	23.222
2.02.04	Provisões	13.634	8.961	7.599
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.505	3.849	2.397
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.346	2.162	1.336
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	485	502	1.061

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	1.674	1.185	0
2.02.04.02	Outras Provisões	9.129	5.112	5.202
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos a Descoberto	9.129	5.112	5.202
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	816	1.165	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	816	1.165	0
2.03	Patrimônio Líquido	576.293	514.542	453.899
2.03.01	Capital Social Realizado	220.086	157.186	106.857
2.03.02	Reservas de Capital	70.739	128.288	173.498
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	21.470	21.470	21.470
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.159	4.708	775
2.03.02.07	Emissão de Ações	40.110	102.110	151.253
2.03.04	Reservas de Lucros	285.468	229.068	173.544
2.03.04.01	Reserva Legal	24.193	18.555	13.027
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	223.244	186.936	137.452
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.683	2.683	2.683
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	35.348	20.894	20.382

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	918.726	848.050	760.967
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-595.536	-539.608	-487.655
3.03	Resultado Bruto	323.190	308.442	273.312
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-183.865	-168.770	-156.114
3.04.01	Despesas com Vendas	-105.618	-94.970	-89.091
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-70.455	-69.210	-61.191
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	245	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.375	0	-6.109
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.417	-4.835	277
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	139.325	139.672	117.198
3.06	Resultado Financeiro	20.372	13.361	11.354
3.06.01	Receitas Financeiras	26.249	22.324	19.344
3.06.01.01	Receita Financeira	24.045	18.582	18.214
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	2.204	3.742	1.130
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.877	-8.963	-7.990
3.06.02.01	Despesa Financeira	-5.751	-4.971	-6.471
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-126	-3.992	-1.519
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	159.697	153.033	128.552
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.945	-42.478	-31.678
3.08.01	Corrente	-44.574	-41.281	-28.141
3.08.02	Diferido	-2.371	-1.197	-3.537
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	112.752	110.555	96.874
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	112.752	110.555	96.874
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,27142	1,24728	1,09398
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,27142	1,24728	1,09398

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	112.752	110.555	96.874
4.03	Resultado Abrangente do Período	112.752	110.555	96.874

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	118.903	71.142	54.969
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	166.298	162.663	122.217
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	159.697	153.033	128.552
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	6.606	4.946	3.657
6.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Permanentes	-225	146	568
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.417	4.835	-277
6.01.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	656	1.452	-419
6.01.01.06	Juros e Variação Cambial	2.856	5.973	502
6.01.01.07	Rendimento de Aplicação Financeira	-15.013	-11.811	-11.601
6.01.01.08	Outros	113	-182	3
6.01.01.09	Complemento de provisão para perdas no estoque	740	338	457
6.01.01.10	Plano de opções de ações	4.451	3.933	775
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	4.330	-47.088	-31.644
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-25.004	-45.688	-31.344
6.01.02.02	Estoques	-7.901	3.540	-7.937
6.01.02.03	Variação de Outros Ativos Circulantes	3.133	-5.083	3.165
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-6.520	-4.624	-1.025
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-566	-153	-621
6.01.02.07	Fornecedores	36.296	2.381	-1.866
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	3.330	-1.416	1.765
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	1.368	1.569	6.479
6.01.02.10	Outras Obrigações	194	2.386	-260
6.01.03	Outros	-51.725	-44.433	-35.604
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-51.725	-44.433	-35.604
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.953	-8.879	-37.947
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-35.587	-25.239	-18.419
6.02.02	Receita na Alienação de Imobilizado e Intangível	1.777	2.592	50
6.02.03	Aplicações Financeiras	-436.170	-337.590	-335.338
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	415.748	362.570	337.677

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.02.05	Integralização de Capital em Controladas	-5.721	-11.212	-21.917
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-61.601	-60.273	-16.516
6.03.01	Captação de Empréstimos	48.856	36.437	44.630
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-36.138	-38.817	-27.766
6.03.03	Pagamento de juros sobre emprestimos	-1.517	-1.475	-1.365
6.03.04	Créditos (Débitos) com Partes Relacionadas, Exceto Sócios	-13.300	-4.249	-322
6.03.05	Juros sobre o Capital Próprio	-28.436	-19.647	-19.532
6.03.06	Distribuição de Lucros	-31.966	-33.708	-13.101
6.03.08	Aumento de Capital - Emissão de Ações	900	1.186	940
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.651	1.990	506
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.761	6.771	6.265
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.110	8.761	6.771

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	157.186	128.288	229.068	0	0	514.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	157.186	128.288	229.068	0	0	514.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	62.900	-57.549	14.454	-70.806	0	-51.001
5.04.01	Aumentos de Capital	62.000	-62.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.451	0	0	0	4.451
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.894	0	0	-20.894
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.386	0	-24.386
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-11.072	0	-11.072
5.04.09	Emissão de Ações	900	0	0	0	0	900
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	35.348	-35.348	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.752	0	112.752
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.752	0	112.752
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.946	-41.946	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.638	-5.638	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	36.308	-36.308	0	0
5.07	Saldos Finais	220.086	70.739	285.468	0	0	576.293

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.329	-45.210	512	-55.543	0	-49.912
5.04.01	Aumentos de Capital	49.143	-49.143	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.933	0	0	0	3.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.382	0	0	-20.382
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.323	0	-21.323
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-13.326	0	-13.326
5.04.09	Emissão de Ações	1.186	0	0	0	0	1.186
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	20.894	-20.894	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.555	0	110.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.555	0	110.555
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	55.012	-55.012	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.528	-5.528	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	49.484	-49.484	0	0
5.07	Saldos Finais	157.186	128.288	229.068	0	0	514.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	65.940	-64.225	20.382	-49.119	0	-27.022
5.04.01	Aumentos de Capital	65.000	-65.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	775	0	0	0	775
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.751	0	-21.751
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-6.986	0	-6.986
5.04.09	Emissão de Ações	940	0	0	0	0	940
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	20.382	-20.382	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.874	0	96.874
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.874	0	96.874
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	47.755	-47.755	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	4.844	-4.844	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	42.911	-42.911	0	0
5.07	Saldos Finais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	1.109.736	1.013.824	927.490
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.109.849	1.013.642	948.747
7.01.02	Outras Receitas	0	0	-21.254
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-113	182	-3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-842.759	-768.532	-698.467
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-755.948	-685.216	-619.244
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.106	-79.981	-76.952
7.02.04	Outros	-2.705	-3.335	-2.271
7.03	Valor Adicionado Bruto	266.977	245.292	229.023
7.04	Retenções	-6.606	-4.946	-3.657
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.606	-4.946	-3.657
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	260.371	240.346	225.366
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.521	17.734	13.512
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-6.417	-4.835	277
7.06.02	Receitas Financeiras	28.949	22.324	19.344
7.06.03	Outros	-1.011	245	-6.109
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	281.892	258.080	238.878
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	281.892	258.080	238.878
7.08.01	Pessoal	64.192	59.163	52.982
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.923	44.480	39.968
7.08.01.02	Benefícios	4.696	3.997	3.320
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.384	3.905	3.504
7.08.01.04	Outros	9.189	6.781	6.190
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados no Lucro	4.143	2.691	5.034
7.08.01.04.02	Outros	595	157	381
7.08.01.04.03	Plano de opções de ações	4.451	3.933	775
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92.415	75.518	77.178
7.08.02.01	Federais	94.144	85.772	69.685
7.08.02.02	Estaduais	-2.362	-10.420	7.213

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.02.03	Municipais	633	166	280
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.533	12.844	11.844
7.08.03.01	Juros	2.367	2.399	1.984
7.08.03.02	Aluguéis	3.956	3.881	3.854
7.08.03.03	Outras	6.210	6.564	6.006
7.08.03.03.01	Despesa Financeira	6.210	6.564	6.006
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	112.752	110.555	96.874
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	70.806	55.543	21.751
7.08.04.02	Dividendos	0	0	27.368
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.946	55.012	47.755

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	796.509	703.866	636.591
1.01	Ativo Circulante	618.653	553.093	513.562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.831	13.786	11.518
1.01.02	Aplicações Financeiras	189.554	171.905	190.636
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	189.554	171.905	190.636
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	189.554	171.905	190.636
1.01.03	Contas a Receber	277.913	247.498	208.756
1.01.03.01	Clientes	277.913	247.498	208.756
1.01.04	Estoques	98.131	85.108	76.133
1.01.06	Tributos a Recuperar	27.742	19.188	14.280
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	27.742	19.188	14.280
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.482	15.608	12.239
1.01.08.03	Outros	14.482	15.608	12.239
1.02	Ativo Não Circulante	177.856	150.773	123.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.013	15.116	14.117
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	29	23	20
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	29	23	20
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.124	5.514	6.264
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.124	5.514	6.264
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.860	9.579	7.833
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	0	377
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	6.939	6.622	6.879
1.02.01.09.05	Outros Créditos	921	2.957	577
1.02.03	Imobilizado	75.767	68.543	61.090
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	75.767	68.543	61.090
1.02.04	Intangível	90.076	67.114	47.822
1.02.04.01	Intangíveis	90.076	67.114	47.822
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	2.928	2.778	2.749
1.02.04.01.03	Direitos de uso de Lojas	39.598	41.495	37.715

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04.01.04	Direitos de uo de Sistemas	47.550	22.841	7.358

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	796.509	703.866	636.591
2.01	Passivo Circulante	178.803	143.860	127.418
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.130	16.892	19.726
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.025	3.324	4.318
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.105	13.568	15.408
2.01.02	Fornecedores	70.315	34.859	35.507
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	70.271	34.842	33.984
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	44	17	1.523
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.866	14.830	15.110
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.476	8.888	9.336
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	296	542	2.430
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	6.180	8.346	6.906
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	5.358	5.908	5.729
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	32	34	45
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	65.081	59.835	42.843
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	65.081	59.835	42.843
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.252	20.311	5.512
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	42.829	39.524	37.331
2.01.05	Outras Obrigações	11.411	17.444	14.232
2.01.05.02	Outros	11.411	17.444	14.232
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	7.598	8.945
2.01.05.02.04	Outras	11.411	9.846	5.287
2.02	Passivo Não Circulante	41.413	45.464	55.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	34.329	38.583	51.241
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.329	38.583	51.241
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	34.329	38.583	51.241
2.02.02	Outras Obrigações	1.767	2.038	995
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	950	873	973
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	950	873	973

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02	Outros	817	1.165	22
2.02.02.02.03	Parcelamento de Impostos	0	0	22
2.02.02.02.04	Adiantamento de Terceiros	817	1.165	0
2.02.04	Provisões	5.317	4.843	3.038
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.317	4.843	3.038
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.317	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	2.765	1.950
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	524	1.088
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	0	1.554	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	576.293	514.542	453.899
2.03.01	Capital Social Realizado	220.086	157.186	106.857
2.03.02	Reservas de Capital	70.739	128.288	173.498
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	21.470	21.470	21.470
2.03.02.04	Opções Outorgadas	9.159	4.708	775
2.03.02.07	Emissão de Ações	40.110	102.110	151.253
2.03.04	Reservas de Lucros	285.468	229.068	173.544
2.03.04.01	Reserva Legal	24.193	18.555	13.027
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	223.244	186.936	137.452
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.683	2.683	2.683
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	35.348	20.894	20.382

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.052.909	962.950	860.335
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-603.610	-537.221	-484.530
3.03	Resultado Bruto	449.299	425.729	375.805
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-301.229	-277.239	-247.600
3.04.01	Despesas com Vendas	-221.352	-204.438	-178.526
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-76.169	-73.812	-64.326
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1.011	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.708	0	-4.748
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	148.070	148.490	128.205
3.06	Resultado Financeiro	13.417	7.627	5.299
3.06.01	Receitas Financeiras	28.393	24.238	19.321
3.06.01.01	Receitas Financeiras	25.874	20.457	18.169
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	2.519	3.781	1.152
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.976	-16.611	-14.022
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-14.976	-12.374	-12.334
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	0	-4.237	-1.688
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	161.487	156.117	133.504
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-48.735	-45.562	-36.630
3.08.01	Corrente	-47.345	-44.812	-32.882
3.08.02	Diferido	-1.390	-750	-3.748
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	112.752	110.555	96.874
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	112.752	110.555	96.874
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	112.752	110.555	96.874
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,27060	1,25486	1,09398
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,27060	1,25486	1,09398

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	112.752	110.555	96.874
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	112.752	110.555	96.874
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	112.752	110.555	96.874

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	109.965	65.030	48.107
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	173.905	166.567	129.552
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	161.487	156.117	133.504
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	13.230	10.970	7.558
6.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Permanentes	2.273	-2.783	-705
6.01.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	474	1.805	-1.220
6.01.01.06	Juros e Variação Cambial	6.466	9.671	767
6.01.01.07	Rendimento de Aplicação Financeira	-15.339	-13.168	-11.732
6.01.01.08	Outros	123	-316	148
6.01.01.09	Complemento de provisão para perdas no estoque	740	338	457
6.01.01.10	Plano de opções de ações	4.451	3.933	775
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.760	-55.231	-43.737
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-30.538	-38.426	-29.316
6.01.02.02	Estoques	-13.763	-9.313	-19.206
6.01.02.03	Variação de Outros Ativos Circulantes	3.162	-3.629	-1.016
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-8.554	-4.531	-4.109
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-317	257	-652
6.01.02.07	Fornecedores	35.456	-648	-1.779
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	3.537	-1.840	3.256
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	42	-2.803	8.350
6.01.02.10	Outras Obrigações	1.215	5.702	735
6.01.03	Outros	-54.180	-46.306	-37.708
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-54.180	-46.306	-37.708
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.021	-5.156	-75.149
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-50.531	-43.756	-57.446
6.02.02	Receita na alienação de imobilizado e intangível	4.826	6.704	3.115
6.02.03	Aplicações Financeiras	-436.176	-344.794	-361.338
6.02.04	Resgate de Aplicações Financeiras	433.860	376.690	340.520
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-64.899	-57.606	23.032

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.03.01	Captação de Empréstimos	49.750	36.645	83.844
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-52.966	-40.350	-27.822
6.03.03	Pagamento de Juros sobre Emprestimos	-2.258	-1.632	-1.365
6.03.05	Juros sobre o Capital Próprio	-28.436	-19.647	-19.532
6.03.06	Distribuição de Lucros	-31.966	-33.708	-13.101
6.03.07	Créditos (Débitos) com Sócios	77	-100	68
6.03.08	Aumento de Capital - Emissão de Ações	900	1.186	940
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.955	2.268	-4.010
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	13.786	11.518	15.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.831	13.786	11.518

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	157.186	128.288	229.068	0	0	514.542	0	514.542
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	157.186	128.288	229.068	0	0	514.542	0	514.542
5.04	Transações de Capital com os Sócios	62.900	-57.549	14.454	-70.806	0	-51.001	0	-51.001
5.04.01	Aumentos de Capital	62.000	-62.000	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.451	0	0	0	4.451	0	4.451
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.894	0	0	-20.894	0	-20.894
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-24.386	0	-24.386	0	-24.386
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-11.072	0	-11.072	0	-11.072
5.04.09	Emissão de Ações	900	0	0	0	0	900	0	900
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	35.348	-35.348	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	112.752	0	112.752	0	112.752
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	112.752	0	112.752	0	112.752
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	41.946	-41.946	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.638	-5.638	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	36.308	-36.308	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	220.086	70.739	285.468	0	0	576.293	0	576.293

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899	0	453.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899	0	453.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.329	-45.210	512	-55.543	0	-49.912	0	-49.912
5.04.01	Aumentos de Capital	49.143	-49.143	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.933	0	0	0	3.933	0	3.933
5.04.06	Dividendos	0	0	-20.382	0	0	-20.382	0	-20.382
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.323	0	-21.323	0	-21.323
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-13.326	0	-13.326	0	-13.326
5.04.09	Emissão de Ações	1.186	0	0	0	0	1.186	0	1.186
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	20.894	-20.894	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.555	0	110.555	0	110.555
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.555	0	110.555	0	110.555
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	55.012	-55.012	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.528	-5.528	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	49.484	-49.484	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	157.186	128.288	229.068	0	0	514.542	0	514.542

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047	0	384.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047	0	384.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	65.940	-64.225	20.382	-49.119	0	-27.022	0	-27.022
5.04.01	Aumentos de Capital	65.000	-65.000	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	775	0	0	0	775	0	775
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-21.751	0	-21.751	0	-21.751
5.04.08	Dividendo Intercalar	0	0	0	-6.986	0	-6.986	0	-6.986
5.04.09	Emissão de Ações	940	0	0	0	0	940	0	940
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	20.382	-20.382	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	96.874	0	96.874	0	96.874
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	96.874	0	96.874	0	96.874
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	47.755	-47.755	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	4.844	-4.844	0	0	0	0
5.06.05	Retenção de Lucros	0	0	42.911	-42.911	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899	0	453.899

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	1.302.789	1.182.276	1.070.578
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.302.912	1.181.960	1.108.743
7.01.02	Outras Receitas	0	0	-38.017
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-123	316	-148
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-866.197	-780.001	-699.621
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-709.004	-632.453	-561.766
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-152.477	-141.643	-130.417
7.02.04	Outros	-4.716	-5.905	-7.438
7.03	Valor Adicionado Bruto	436.592	402.275	370.957
7.04	Retenções	-13.230	-10.970	-7.558
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.230	-10.970	-7.558
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	423.362	391.305	363.399
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.874	25.249	14.573
7.06.02	Receitas Financeiras	31.218	24.238	19.321
7.06.03	Outros	-3.344	1.011	-4.748
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	451.236	416.554	377.972
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	451.236	416.554	377.972
7.08.01	Pessoal	116.371	107.482	98.014
7.08.01.01	Remuneração Direta	84.910	80.896	73.992
7.08.01.02	Benefícios	11.669	10.025	9.373
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.978	7.230	6.434
7.08.01.04	Outros	11.814	9.331	8.215
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados no Lucro	4.232	2.687	5.317
7.08.01.04.02	Outros	3.131	2.711	2.123
7.08.01.04.03	Plano de opções de ações	4.451	3.933	775
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	166.246	146.690	142.956
7.08.02.01	Federais	119.766	111.645	96.559
7.08.02.02	Estaduais	45.129	34.213	45.649
7.08.02.03	Municipais	1.351	832	748

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.867	51.827	40.128
7.08.03.01	Juros	4.208	4.480	2.309
7.08.03.02	Aluguéis	38.066	35.216	26.106
7.08.03.03	Outras	13.593	12.131	11.713
7.08.03.03.01	Despesa Financeira	13.593	12.131	11.713
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	112.752	110.555	96.874
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	70.806	55.543	21.751
7.08.04.02	Dividendos	0	0	27.368
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.946	55.012	47.755

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

Em 2014, apesar de um cenário externo desafiador, a Arezzo&Co continuou consolidando sua liderança no mercado de calçados, bolsas e acessórios femininos em todo o Brasil, apresentando mais uma vez crescimento em todas as suas marcas e canais.

A política de Relações com Investidores demonstra a estratégia adotada pela Companhia de alta transparência e constantes interações. A Administração participou de 12 conferências com investidores no Brasil e no exterior, além de ter recebido em suas lojas, showrooms e escritórios centenas de investidores ao longo do ano. Em novembro, ocorreu a 4ª edição do Arezzo&Co Day, evento que reuniu mais de 120 investidores e analistas em São Paulo, proporcionando uma visão completa do modelo de negócios e aprofundando o conhecimento das principais estratégias e avanços competitivos da Companhia. No ano, a Companhia foi reconhecida com o Grand Prix de Melhor Programa de Relações com Investidores Small e Mid caps, um prêmio que reforça o compromisso da Companhia de realizar produtivas interações com o mercado financeiro.

Com grande foco na execução, a Companhia atingiu a marca de mais de 10,6 milhões de pares e 800 mil bolsas vendidas no ano. As vendas nas mesmas lojas atingiram um resultado de 8,0% em 2014, demonstrando a capacidade da Companhia de atrair consumidoras com o produto certo, na hora certa e no preço certo, refletindo sua estratégia de crescimento sustentável de longo prazo através do aumento do desejo de consumo das suas marcas, a motivação da sua equipe e a solidificação de seu modelo de negócios. No ano, a receita bruta cresceu 10,2%, com destaque para o canal de franquias que teve aumento da receita em 13,4%, respondendo por 51,6% das vendas.

A Companhia também busca o constante ganho de produtividade e as despesas operacionais como percentual da receita ficaram 40 bps abaixo do apresentado no ano anterior, resultado do forte controle e eficiência dos processos. Vale lembrar que a Companhia continua investindo em projetos que trarão crescimento futuro, tais como o roll-out da Anacapri no canal de franquias, a nova plataforma de web commerce, o fortalecimento da categoria de bolsas, e a operação piloto nos Estados Unidos da marca Schutz. Excluindo apenas este projeto piloto, a margem EBITDA de 2014 teria sido de 17,5%, impacto de 140 bps em linha com o apresentado em 2013, evidenciando a fase atual da iniciativa.

Pelo quarto ano consecutivo, o guidance de abertura de lojas foi atingido com sucesso, através da grande disciplina na execução e foco na sustentabilidade da rede. Em 2014, foram 58 novas aberturas, 13 ampliações e 13 reformas, crescimento de 10,9% da área de vendas, excluindo outlets.

Em 2014, a marca Arezzo, principal marca do grupo, continuou aperfeiçoando sua nova metodologia de suprimentos, com mudança na distribuição das coleções ao longo das estações e frequência de entrega dos produtos de acordo com seus ciclos de vida. Além do e-showroom, que permite acessar um maior número de produtos em menor tempo e com menor custo, a marca aprimorou a reposição dos modelos Basic e Fast Fashion, com maior reposição dos produtos mais desejados, permitindo aumento de vendas através de rapidez na resposta do sell-out com melhor performance de giro

A implementação do novo projeto arquitetônico da marca Arezzo reforça o seu compromisso de oferecer uma experiência de compra superior às suas consumidoras, sendo um diferencial em relação aos seus competidores. Nas lojas reformadas, o aumento médio de vendas foi de 15%, refletindo a melhor experiência de compra proporcionada com o novo design, com maior exposição de produtos. A marca encerrou o ano com 55 lojas no novo modelo e deve manter o foco em reformas para o novo padrão.

A marca Schutz continua consolidando seu posicionamento em novas categorias de produtos e canais, com uma proposta de valor bastante atrativa para o seu perfil de consumidoras. A estratégia da categoria de bolsas, com a criação de produtos ícones, design atraente, forte execução na distribuição e em seu plano de comunicação e marketing, apresentou um ótimo crescimento e já representa 12% do faturamento da marca. O canal web commerce, com sua nova plataforma mais dinâmica e de simples utilização, atingiu um faturamento de R$43,8 milhões, crescimento de 87,6% em relação a 2013. A sua forte presença online contribuiu para esse resultado: atingindo mais de um milhão de seguidores no Instagram, dobrou o número apresentado no ano anterior, alcançando cada vez mais consumidoras apaixonadas pela marca. A estratégia de comunicação e marketing adotada de celebrar um contrato de longo prazo com uma renomada top model internacional também gerou bons resultados na elevação do branding.

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

A operação piloto nos Estados Unidos continua em desenvolvimento, com a captura de importantes informações sobre produto, operação, marca e equipe que proporcionam um grande aprendizado sobre o mercado americano, relembrando que o projeto continua em sua fase laboratorial. Os próximos passos incluem uma melhor estruturação do time, com futuro alinhamento da cadeia de produção e uma segunda onda de testes que poderão acelerar o desenvolvimento, com consequente aperfeiçoamento em produtos e faixas de preço.

Outro exemplo do pipeline de projetos da Companhia, a marca Anacapri, após seis anos de seu lançamento, apresenta um alto grau de estruturação dos seus principais fundamentos, tais como proposta de valor do produto e da marca, cadeia de suprimento alinhada, formato de loja replicável, alta produtividade de vendas e, principalmente, uma equipe capaz de gerenciar todos os aspectos da marca. Dando continuidade ao roll-out iniciado no 3T13, foram abertas 35 franquias da marca em 2014, um ritmo que deve acelerar em 2015, resultado do profundo conhecimento da Arezzo&Co de gerenciar modelos de negócios multicanais.

A marca Alexandre Birman, com a finalidade de assegurar produtos de altíssimo padrão para competir no segmento de luxo, inaugurou uma nova fábrica em Campo Bom-RS. Com equipamentos de última geração, a nova fábrica também fomenta a formação de mão-de-obra especializada e de alta qualidade na região, além de ser referência para os nossos fornecedores. A marca também continua fortalecendo seu branding no mercado internacional através de eventos com as principais formadoras de opinião, com destaque para a Semana de Moda de Paris e a exposição no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, com boa repercussão também no mercado brasileiro.

Sempre próximas das nossas consumidoras, todas as marcas mantiveram um consistente plano de comunicação e marketing. Com forte destaque no setor de moda, nossas marcas desenvolveram ações criativas de engajamento com as clientes nas redes sociais e nas lojas físicas, com um nível de customização que valoriza e reforça a identidade das marcas. Como exemplo, vale citar a Mob Party, lançamento nacional da marca Arezzo que atrai milhões de consumidoras via web. Na marca Schutz, bastante em linha com o perfil das suas consumidoras, tivemos o Schutz Shape for Summer, evento fitness que atraiu as principais formadoras de opinião para as lojas flagship. Com um espírito descomplicado, as festas descoladas da Anacapri levam a marca para um número maior de consumidoras, reforçando seu brand awareness. E os eventos internacionais da marca Alexandre Birman geram forte repercussão também no Brasil.

Em linha com sua estratégia de aumento de eficiência operacional, a Companhia iniciou há dois anos um projeto com o objetivo de ter maior integração da cadeia de valor e alta agilidade na tomada de decisões, com maior disponibilização de informações e automação e revisão de processos-chave. Chamado internamente de Projeto 2154, em janeiro de 2015, a Companhia finalizou o go-live de seu novo ERP, concluindo no prazo e dentro de seu orçamento, graças a um forte planejamento e disciplina na execução da equipe, seguindo uma metodologia de gestão de projetos, gestão de riscos e gestão de mudanças, com um cronograma que envolveu inclusive um acompanhamento periódico dos diretores e conselheiros. O novo ERP é um grande passo para a sustentabilidade do crescimento de longo prazo da Companhia.

Um dos pilares centrais da estratégia da Companhia são pessoas experientes e motivadas, e por isso tem foco constante em programas para atrair, desenvolver e reter seus talentos. Atraindo futuros líderes, o quarto programa de trainees foi mais uma vez bastante concorrido, com mais de quatro mil inscritos de várias regiões do país. Para continuar desenvolvendo cada vez mais as pessoas, em 2014 foi lançada uma ferramenta de treinamento online, chamada de AIR: Aprendizado, Inovação e Resultado, plataforma colaborativa com cinco mil usuários ativos e cursos envolvendo técnicas de produto e de vendas, sendo bastante utilizado na operação de varejo através da rede monomarca. Na nossa cultura de “pensar como dono”, o programa de stock options alinha o interesse de gestores e acionistas, além de ajudar a reter nossos principais executivos. Por fim, o treinamento das pessoas somou aproximadamente 96 mil horas, proporcionando um constante desenvolvimento de toda a equipe, preparando a Companhia para os novos desafios que virão.

Na Arezzo&Co, uma meta atingida nada mais é do que a base para a próxima. Assim, mantem-se a motivação e a confiança em relação às perspectivas de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração

2. Visão geral da Companhia

Sobre a Arezzo&Co

Arezzo&Co é líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil. Acumulando 43 anos de história, comercializa atualmente mais de 10 milhões de pares de calçados por ano, além de bolsas e acessórios. Possui quatro importantes marcas - Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman.

Suas linhas de produtos destacam-se pela constante inovação, design, conforto e excelente relação custo-benefício.

A estratégia multicanal permite ao grupo ter grande capilaridade em sua distribuição por meio de Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Web Commerce, estando presente em todos os estados do país. Internacionalmente, os produtos das marcas são comercializados também em Franquias, Lojas Próprias, Multimarcas e Lojas de Departamento. A Companhia encerrou 2014 presente em 462 franquias, 54 lojas próprias e em 2.198 lojas multimarcas.

AREZZO

Fundada em 1972, a marca, além de ocupar a primeira citação de lembrança (top of mind) dos consumidores no setor de calçados femininos brasileiro, está entre as preferidas neste segmento e é uma das mais consumidas no Brasil. A marca possui um posicionamento trendy, reunindo conceito, alta qualidade, design contemporâneo e satisfação do consumidor. É referência no lançamento de tendências no Brasil e está sempre presente nos editoriais das mais prestigiadas revistas, jornais e sites do país como modelo fast fashion em calçados, bolsas e acessórios femininos.

SCHUTZ

A marca Schutz investe significativamente em pesquisas de tendências, desenvolvimento de material e tecnologia para a criação do seu portfólio. Sua missão é oferecer ao seu público um conceito de produtos conectados ao design, qualidade, moda e liberdade de expressão.
O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea que causa efeito, que é irreverente e tem estilo próprio. Convida a ousar, a buscar o diferente, a desafiar o que é consenso.

ANACAPRI

A Anacapri, marca especializada em flats do Grupo Arezzo&Co, nasceu em 2008 com o objetivo de descomplicar a vida de suas consumidoras com uma moda versátil e cheia de personalidade, sem abrir mão do conforto. São diversos modelos e cores por ano, apresentados em três grandes coleções e edições limitadas.

ALEXANDRE BIRMAN

A marca Alexandre Birman é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos dividindo espaço com os maiores nomes da moda em cadeias renomadas de varejo em diversas regiões do mundo, tais como: América do Norte, Europa e Ásia.
A marca é demarcada pelo conceito de exclusividade e sofisticação, tem grande reconhecimento no exterior e conferiu a Alexandre Birman o prêmio Vivian Infantino Emerging Talent Award, como o talento na criação de sapatos do ano de 2009 (prêmio é reconhecido como o Oscar da Indústria Internacional de sapatos).

Relatório da Administração

3. Desempenho operacional e financeiro - 2014

Resumo do Resultado	2013	2014	Cresc. ou spread (%)
Receita Líquida	962.950	1.052.909	9,3%
Lucro Bruto	425.729	449.299	5,5%
Margem bruta	44,2%	42,7%	-1,5 p.p.
EBITDA[1]	159.460	161.300	1,2%
Margem EBITDA [1]	16,6%	15,3%	-1,3 p.p.
Lucro líquido	110.555	112.752	2,0%
Margem líquida	11,5%	10,7%	-0,8 p.p.

Indicadores Operacionais	2013	2014	Cresc. ou spread (%)
Número de pares vendidos ('000)[3]	9.891	10.622	7,4%
Número de bolsas vendidas ('000)[3]	637	827	29,8%
Número de funcionários	1.946	2.091	7,5%
Número de lojas*	458	516	58
Próprias	55	54	-1
Franquias	403	462	59
Outsorcing (% da produção total)	91,1%	90,0%	-1,1 p.p
SSS[3] sell-in (franquias)	2,0%	4,0%	2,0 p.p
SSS[3] sell-out (lojas próprias + franquias)	1,1%	6,6%	5,5 p.p
SSS[3] sell-out (lojas próprias + franquias + web)	2,3%	8,0%	5,7 p.p

1- EBITDA = Lucro antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

2- SSS (Vendas nas mesmas lojas): As lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. Variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas de devoluções para as vendas do sell-out, e em vendas brutas para sell-in de franquias que estavam em operação durante ambos os períodos comparados. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, impactando a área de vendas em mais de 15%, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Considera-se que quando um operador franqueado abre um depósito, sua venda será incluída nas vendas de lojas comparáveis do sell-in se as franquias do operador estiverem em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados. O chamado SSS de Franquias – Sell-In, refere-se à comparação de vendas da Arezzo&Co junto a cada Loja Franqueada em operação há mais de 12 meses, servindo como um indicador mais preciso para monitoramento da receita do grupo. Já o SSS de sell-out é baseado na performance de vendas dos pontos de vendas, o que no caso da Arezzo&Co demonstra melhor o comportamento das vendas de Lojas Próprias e vendas de sell-out de Franquias. Os números de sell-out de Franquias representam a melhor estimativa calculada com base em informações fornecidas por terceiros. A partir do 1T14, a Companhia passou a também reportar o SSS de sell-out incluindo as vendas do canal web commerce.

3- O volume de pares e bolsas ora retificado para o ano de 2013 foi de 9.891 mil pares vendidos e 637 mil bolsas vendidas.

Relatório da Administração

Receita Bruta	2013	Part%	2014	Part%	Cresc. %
Receita bruta total	**1.232.085**		**1.357.995**		**10,2%**
Mercado externo	**61.666**	**5,0%**	**76.195**	**5,6%**	**23,6%**
Mercado interno	**1.170.419**	**95,0%**	**1.281.800**	**94,4%**	**9,5%**
Por marca					
Arezzo [1]	*718.658*	*61,4%*	*766.782*	*59,8%*	*6,7%*
Schutz [1]	*400.452*	*34,2%*	*434.063*	*33,9%*	*8,4%*
Anacapri	*41.316*	*3,5%*	*71.748*	*5,6%*	*73,7%*
Outros [2]	*9.993*	*0,9%*	*9.207*	*0,7%*	*-7,9%*
Por canal					
Franquias	*583.110*	*49,8%*	*661.349*	*51,6%*	*13,4%*
Multimarcas	*288.566*	*24,7%*	*299.612*	*23,4%*	*3,8%*
Lojas próprias [3]	*291.368*	*24,9%*	*315.346*	*24,6%*	*8,2%*
Outros [4]	*7.375*	*0,6%*	*5.493*	*0,4%*	*-25,5%*

(1) A receita bruta da marca Arezzo em 2013 foi alterada R$718.658 mil, e da marca Schutz para R$400.452 mil, respectivamente, para fins de melhor comparação após realocação da receita do Outlet Premium.
(2) Inclui a marca Alexandre Birman apenas no mercado interno e outras receitas não específicas das marcas.
(3) Lojas Próprias: inclui o canal de vendas Web Commerce.
(4) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

Marcas

A Arezzo&Co tem em sua plataforma quatro importantes marcas: Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman, distribuídas através de uma rede de Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Web Commerce, presente em todos os estados do país. Os produtos também são comercializados internacionalmente através de diversos canais: Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Lojas de Departamento.

O último trimestre é o período mais importante de vendas para as lojas da rede. No fim de outubro, ocorre o Hot Summer Week, período de aproximadamente 10 dias que marca a transição da coleção de Verão para a de Alto Verão, a maior e mais significativa coleção do ano. No final do ano, as lojas apresentaram um bom giro dos produtos em razão da forte aceitação pelas consumidoras da nova coleção devido ao foco cada vez maior no sell-out, resultando também em um maior percentual de produtos vendidos a preço cheio.

A marca Arezzo alcançou R$766,8 milhões em receita bruta em 2014, crescimento de 6,7% em relação a 2013, representando 59,8% do total das vendas domésticas. Para o fim de ano, a marca lançou a campanha “2015 Razões para Sorrir”, uma forte interação com as consumidoras que, juntamente com uma coleção atrativa com produtos de alto valor percebido, resultou em boa performance de vendas. No ano, a marca continuou executando sua importante iniciativa de expansão e reforma das lojas, inaugurando 55 lojas no novo modelo arquitetônico, incluindo reformas e ampliações, resultando em uma experiência de compra diferenciada nas lojas com o novo layout.

A marca Schutz atingiu receita bruta de R$434,1 milhões, ou 33,9% das vendas no mercado interno, crescimento de 8,4% em 2014 em comparação com 2013, impactado ainda pela estratégia de descredenciamento no canal multimarcas iniciada no 3T13. Considerando também o mercado externo, importante iniciativa da marca, o crescimento foi de 9,9% no ano. A execução da estratégia na categoria de bolsas continua sendo destaque, com crescimento de 57% em volume de vendas no ano. Impulsionado por sua nova plataforma tecnológica, juntamente com maior alinhamento da estratégia de comunicação e marketing, a loja online apresentou crescimento de 87,6% no ano e já representa 8,9% da receita da marca no período. As ações da marca na loja dos Estados Unidos, focadas em atrair novos clientes, despertam não somente o desejo nas consumidoras norte-americanas, mas também geram repercussões em mídias sociais que reforçam o branding da marca no Brasil.

A marca Anacapri apresentou crescimento de 73,7% em comparação com 2014, totalizando R$71,7 milhões em receita bruta, ou 5,6% das vendas no Brasil. A marca continua expandindo fortemente após o início de seu processo de roll-out no 3T13, encerrando o ano com 50 lojas no canal de Franquias. A marca lançou novos modelos de calçados *flats* , apresentando maior variedade às consumidoras e com foco em sempre trazer novidades para as lojas.

Relatório da Administração

Marcas

A marca Alexandre Birman continua fortalecendo seu branding no mercado internacional através do desenvolvimento de produtos cada vez mais reconhecidos e da realização de eventos com destaque na mídia internacional. No final de 2014, a marca realizou seu market week em Nova Iorque, consolidando seu posicionamento no mercado norte-americano e permitindo um maior destaque junto ao seu público-alvo. Para suportar seu crescimento futuro, a nova fábrica atingiu bons níveis de produtividade, permitindo alcançar novos clientes nacionais e internacionais.

Canais

Monomarcas - Franquias e Lojas Próprias

Seguindo a estratégia da Companhia de fortalecimento das lojas monomarca, as vendas do sell-out da rede Arezzo&Co (Lojas Próprias + Web Commerce + Franquias) cresceram 17,8% em 2014 em relação a 2013, devido principalmente à expansão da área de vendas em 11,9% e ao crescimento de 8,0% das vendas nas mesmas lojas (SSS – sell-out) no período. Em relação ao indicador SSS sell-out, vale destacar que todos os meses do último trimestre apresentaram SSS positivo demonstrando a saúde e consistência do indicador, e que o indicador SSS sell-out também inclui as vendas online. Excluindo o canal web-commerce, o SSS teria sido de 6,6%.

O crescimento da receita da Companhia proveniente das lojas monomarca, representadas por sell-in de franquias e sell-out de lojas próprias, foi de 11,7% em 2014 ante o 2013, devido principalmente à expansão da área de vendas em 10,9% nos últimos 12 meses, excluindo abertura de outlets, e também devido ao forte crescimento de 30% no volume da categoria de bolsas no período, resultado da estratégia de produto, marketing e suprimento nas marcas. As lojas monomarca representaram 76,2% do faturamento no mercado doméstico em 2014.

O canal Franquias apresentou crescimento de 13,4% no sell-in no ano, representando 51,6% das vendas domésticas em 2014, impulsionado pela abertura de 60 franquias nos últimos 12 meses, sendo 19 da marca Arezzo, 6 da marca Schutz e 35 da marca Anacapri. Além disso, 12 franquias da marca Arezzo foram expandidas nos últimos 12 meses, adicionando 286,3 m² à área de vendas do canal.

As vendas de sell-in, ou seja, aquelas feitas pela Arezzo&Co aos seus franqueados, tiveram crescimento nas mesmas franquias (SSS – sell-in) de 4,0% em 2014 quando comparado a 2013, ao mesmo tempo em que o SSS sell-out das lojas físicas cresceu 6,6%.

Considerando somente o canal Lojas Próprias, houve crescimento de 8,2% da receita em 2014 quando comparado a 2013, mesmo com aumento de apenas 0,6% na área de vendas, excluindo outlets, impulsionado pelas vendas no canal Web Commerce, mas também impactado pelos repasses de lojas para o canal de Franquias no mesmo período, resultando em aumento de produtividade no canal. Nos últimos 12 meses, houve expansão de uma loja própria, que adicionou 153 m² à área de vendas do canal.

Com a abertura de 58 lojas, a Companhia atingiu o guidance divulgado e encerrou o ano com 508 lojas monomarca no Brasil e oito no exterior, sendo no Brasil 378 da marca Arezzo, 73 da marca Schutz, 55 da marca Anacapri e duas da marca Alexandre Birman.

Relatório da Administração

Canais

Histórico de lojas	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14
Área de venda[1, 3] - Total (m²)	**31.848**	**32.138**	**32.381**	**32.859**	**35.641**
Área de venda - franquias (m²)	25.262	25.498	26.056	26.472	28.466
Área de venda - lojas próprias[2] (m²)	6.586	6.640	6.325	6.387	7.175
Total de lojas no Brasil	**449**	**452**	**461**	**472**	**508**
Número de franquias	**395**	**399**	**411**	**421**	**455**
Arezzo	340	341	342	344	359
Schutz	40	41	43	43	46
Anacapri	15	17	26	34	50
Número de lojas próprias	**54**	**53**	**50**	**51**	**53**
Arezzo	17	17	17	17	19
Schutz	27	27	25	26	27
Alexandre Birman	2	2	2	2	2
Anacapri	8	7	6	6	5
Total de lojas no Exterior	**9**	**9**	**7**	**7**	**8**
Número de franquias	8	8	6	6	7
Número de lojas próprias	1	1	1	1	1

1. Inclui metragens das lojas no exterior
2. Inclui 6 lojas do tipo Outlets cuja área total é de 2.778 m²
3. Inclui metragens de lojas ampliadas

Multimarcas

Em 2014, o canal Multimarcas apresentou crescimento de 3,8% em relação a 2013, em razão do contínuo interesse demonstrado pelo canal nos produtos com maior assertividade no ponto de venda, bem como de uma base de lojas mais comparável aos 12 meses anteriores. Vale relembrar que, em função do roll-out em lojas monomarca, a marca Schutz iniciou no 3T13 um processo de descredenciamento de lojas no canal Multimarcas com o objetivo de fortalecer seu branding, impactando o crescimento do primeiro semestre de 2014 devido à menor base de lojas. A Companhia acredita na importância estratégica do canal, trabalhando para conquistar novos clientes, crescer o share of wallet nos clientes existentes, e aumentar o cross selling entre as marcas e categorias. Conforme antecipado, em 2014 o canal apresentou faturamento ligeiramente superior ao de 2013 devido principalmente ao menor número de lojas do primeiro semestre.

Devido ao descredenciamento mencionado acima, as quatro marcas do grupo passaram a ser distribuídas através de 2.198 lojas, redução de 10,3% ante 2013, e estão presentes em 1.179 cidades.

Relatório da Administração

Principais indicadores financeiros	2013	2014	Cresc. ou spread (%)
Receita Líquida	962.950	1.052.909	9,3%
CMV	(537.221)	(603.610)	12,4%
Lucro bruto	425.729	449.299	5,5%
Margem bruta	*44,2%*	*42,7%*	*-1,5 p.p.*
SG&A	(277.239)	(301.229)	8,7%
%Receita	*28,8%*	*28,6%*	*-0,2 p.p*
Despesa comercial	(198.556)	(214.282)	7,9%
Lojas próprias	(90.851)	(95.233)	4,8%
Venda, logística e suprimentos	(107.705)	(119.049)	10,5%
Despesas gerais e administrativas	(68.724)	(70.009)	1,9%
Outras (despesas) e receitas	1.011	(3.708)	n/a
Depreciação e amortização	(10.970)	(13.230)	20,6%
EBITDA	159.460	161.300	1,2%
Margem EBITDA	*16,6%*	*15,3%*	*-1,3 p.p.*
Lucro líquido	110.555	112.752	2,0%
Margem líquida	*11,5%*	*10,7%*	*-0,8 p.p.*
Capital de giro[1] - % da receita	30,2%	28,9%	-1,3 p.p
Capital empregado[2] - % da receita	41,0%	43,4%	2,4 p.p.
Dívida total	98.418	99.410	1,0%
Dívida líquida[3]	(87.273)	(100.975)	15,7%
Dívida líquida/EBITDA	-0,5x	-0,6x	n/a

1 - Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.
2 - Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.
3 - Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

Receita líquida

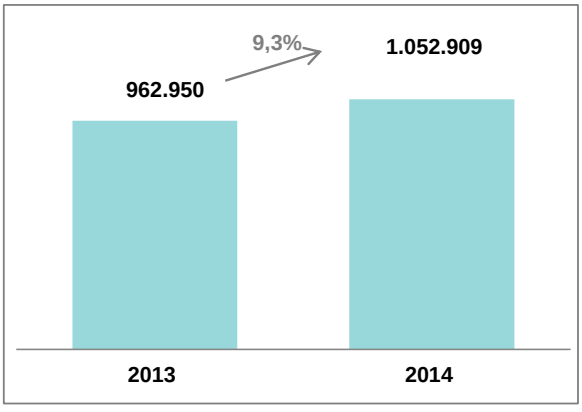
A receita líquida da Companhia atingiu R$1.052,9 milhões neste ano, crescimento de 9,3% em relação a 2013. Dentre os principais fatores que resultaram neste crescimento destacam-se:

i) Excluindo outlets, expansão de 10,9% da área de vendas ante 2013, com destaque para o crescimento de 12,7% da área de Franquias;

ii) Crescimento do indicador de same store sales (conceito de vendas nas mesmas lojas) do sell-out em 8,0% e 4,0% do sell-in;

iii) Canal Multimarcas apresentou crescimento de 3,8% no ano, principalmente devido ao maior interesse demonstrado no canal em produtos de marcas de maior assertividade;

iv) Impacto positivo na receita líquida no ano devido à redução temporária de ICMS no valor de R$2,8 milhões, comparado a R$12,6 mlhões em 2013.



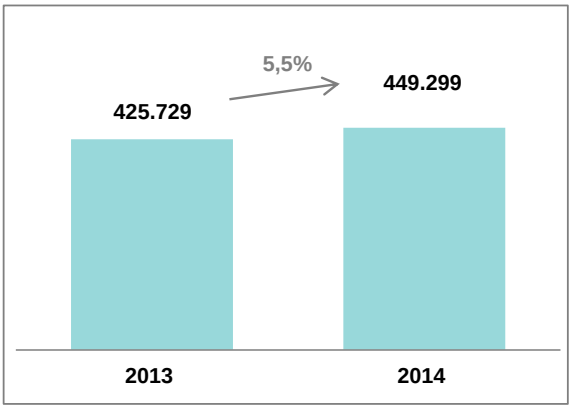
Relatório da Administração

Lucro bruto

O lucro bruto de 2014 totalizou R$449,3 milhões, com margem bruta de 42,7%, redução de 150 bps em relação ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento do lucro bruto em 2014 reflete, especialmente, o aumento da receita líquida em 9,3%.

A Companhia segue uma estratégia de manter as margens estáveis por canal, sendo que o canal de Lojas Próprias é o que está sujeito à maior variação. Em 2014, o encerramento do benefício da alíquota reduzida de ICMS impactou a margem bruta consolidada.



Despesas operacionais

A Companhia trabalha fortemente para adequar os níveis de despesas ao seu crescimento. Nos últimos 12 meses, as despesas apresentaram forte desaceleração, resultando em uma margem como percentual do faturamente praticamente estável em comparação a 2013.

Despesas Comerciais

As Despesas Comerciais da Companhia podem ser divididas em dois principais grupos:

i) Despesas de Lojas Próprias:
- Abrangem apenas as despesas das lojas próprias, sell out.

ii) Despesas de Venda, Logística e Suprimentos:
- Compreendem despesas da operação de sell in e de sell out.

Em 2014, houve uma expansão de 7,9% das despesas comerciais quando comparadas a 2013, alcançando R$214,3 milhões neste ano ante R$198,6 milhões do ano anterior. As despesas de venda, logística e suprimentos somaram R$119,0 milhões no período, aumento de 10,5% ante o mesmo período do ano anterior, devido principalmente a maiores despesas com marketing no valor de R$3 milhões para promover a coleção nas lojas durante o ano.

As despesas com lojas próprias totalizaram R$95,2 milhões em 2014, aumento de 4,8% na comparação com 2013, abaixo do crescimento do sell out no período, demonstrando alavancagem no canal de lojas próprias.

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2014, as despesas gerais e administrativas somaram R$70,0 milhões ante R$68,7 milhões do ano anterior, aumento de 1,9% em relação ao apresentado em 2013, ficando abaixo do crescimento da Companhia apresentado no período em função dos fortes controles implementados pela Administração, resultando em aumento de alavancagem operacional.

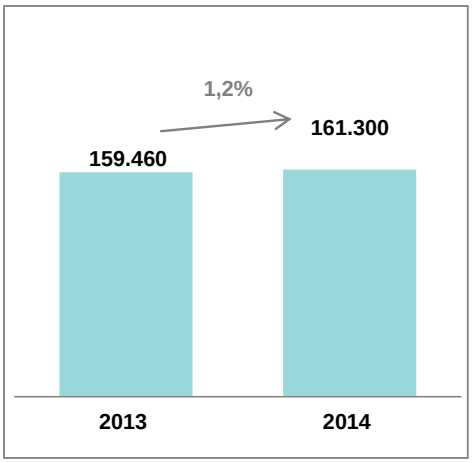
Outras (despesas) e receitas

Em 2014, a Companhia concluiu a implantação de seu novo ERP, gerando despesas no valor de R$1,8 milhões. As despesas operacionais somaram R$3,7 milhões, em comparação com a receita de R$1,0 milhão em 2013.

Relatório da Administração

EBITDA e margem EBITDA

O EBITDA da Companhia atingiu R$161,3 milhões no ano, crescimento de 1,2% em relação a 2013 e margem EBITDA de 15,3%. Os principais fatores que levaram ao crescimento do EBITDA no trimestre foram:



i) Aumento da receita líquida em 9,3%;

ii) Crescimento do lucro bruto em 5,5%;

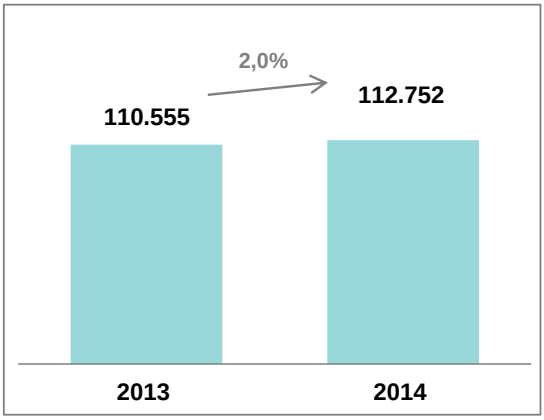
iii) Despesas operacionais como percentual da receita em 28,6%, redução de 20 bps em relação ao apresentado em 2013.

Nos Estados Unidos, a Companhia continua buscando identificar o melhor posicionamento da proposta de valor da marca Schutz, através do estudo de uma oportunidade para oferecer produtos com conteúdo de moda e qualidade em uma velocidade superior a dos potenciais competidores naquele mercado. Vale mencionar que, excluindo o efeito da operação nos Estados Unidos e o impacto não recorrente e não caixa, a margem EBITDA da Companhia teria sido de 17,5% em 2014, impacto de 140 bps em linha com o apresentado em 2013.

Reconciliação do EBITDA	2013	2014
Lucro líquido	110.555	112.752
(-) Imposto de renda e contribuição social	(45.562)	(48.735)
(-) Resultado financeiro	7.627	13.417
(-) Depreciação e amortização	(10.970)	(13.230)
(=) EBITDA	159.460	161.300

Lucro líquido e margem líquida (%)

O lucro líquido em 2014 somou R$112,8 milhões, com crescimento de 2,0% em relação ao apresentado em 2013, com margem líquida de 10,7%, redução de 80 bps em relação à margem líquida apresentada no mesmo período do ano anterior.



A companhia apresentou conversão de margem EBITDA de 15,3% em 2014 para margem líquida de 10,7% no ano, reflexo do aumento do capital empregado em ativo imobilizado durante os últimos três anos, resultado do maior número de lojas próprias e maiores investimentos em TI.

Devido ao maior ativo permanente em 2014 em relação a 2013, a depreciação aumentou 20,6% no período.

Relatório da Administração

Geração de caixa operacional

A Arezzo&Co apresentou forte geração de caixa de R$110,0 milhões em 2014, devido principalmente ao aumento do lucro operacional e à melhoria na gestão do capital de giro. A Companhia realizou um consistente trabalho de gestão para redução dos estoques como dias de receita, encerrando o período nos mesmos níveis apresentados ao final de 2013. Vale notar que os melhores prazos obtidos com fornecedores também ajudaram na geração de caixa do período.

Geração de caixa operacional	2013	2014	Variação em R$	Variação em %
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**156.117**	**161.487**	**5.370**	**3,4%**
Depreciações e amortizações	**10.970**	**13.230**	**2.260**	**20,6%**
Outros	**(520)**	**(812)**	**(292)**	**56,2%**
Decréscimo (acréscimo) de ativos/passivos	**(55.231)**	**(9.760)**	**45.471**	**-82,3%**
Contas a receber de clientes	(38.426)	(30.538)	7.888	-20,5%
Estoques	(9.313)	(13.763)	(4.450)	47,8%
Fornecedores	(648)	35.456	36.104	n/a
Variação de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(6.844)	(915)	5.929	-86,6%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(46.306)**	**(54.180)**	**(7.874)**	**17,0%**
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**65.030**	**109.965**	**44.935**	**69,1%**

Investimentos - Capex

Os investimentos da Companhia têm 3 naturezas: 1) investimento em expansão ou reformas de pontos de venda próprios; 2) investimentos corporativos que incluem TI, instalações, showrooms e escritório; e 3) outros investimentos, que são principalmente relacionados à modernização da operação industrial.

O capex total de 2014 foi de R$50,5 milhões devido principalmente a investimentos corporativos em TI em razão do projeto de implantação de seu novo sistema transacional visando sustentabilidade de seu crescimento e ganhos de eficiência. No ano, o valor total do capex foi impacto por maiores investimentos na nova plataforma de web commerce e a nova fábrica da marca Alexandre Birman.

Sumário de investimentos	2013	2014	Var. (%)
Capex total	**43.752**	**50.531**	**15,5%**
Lojas - expansão e reforma	15.765	9.776	-38,0%
Corporativo	25.244	35.587	41,0%
Outros	2.742	5.168	88,5%

Relatório da Administração

Posição de caixa e endividamento

A Companhia encerrou 2014 com R$101,0 milhões de caixa líquido. A política de endividamento se manteve conservadora, apresentando como principais características:

- Endividamento total de R$99,4 milhões no 2014 ante R$98,4 milhões no 2013;
- Endividamento de Longo Prazo de 34,5% da dívida total no 2014, ante 39,2% no 2013;
- O custo médio ponderado da dívida total da Companhia no 2014 se mantem em níveis reduzidos.

Posição de caixa e endividamento	2013	2014
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**185.691**	**200.385**
Dívida total	**98.418**	**99.410**
Curto prazo	59.835	65.081
% dívida total	60,8%	65,5%
Longo prazo	38.583	34.329
% dívida total	39,2%	34,5%
Dívida líquida	**(87.273)**	**(100.975)**

ROIC (Retorno sobre o Capital Investido)

Em linha com o direcionamento estratégico da Companhia visando sustentabilidade e melhorias operacionais de longo prazo, os níveis de investimento em Capital Empregado estão superiores aos dos anos anteriores. O Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 23,0% em 2014, impactado principalmente pela concentração de investimentos em infra-estrutura que somente apresentarão efeitos positivos nos médio e longo prazos, tais como os investimentos realizados na implantação do novo ERP da Companhia.

Resultado operacional	2012	2013	2014	Cresc. (%)
EBIT (UDM)	128.205	148.490	156.793	5,6%
+ IR e CS (UDM)	(36.630)	(45.562)	(51.520)	13,1%
NOPAT	**91.575**	**102.928**	**105.273**	**2,3%**
Capital de giro[1]	235.778	290.976	304.546	4,7%
Ativo permanente	108.912	135.657	165.843	22,3%
Outros ativos de longo prazo[2]	7.853	9.602	7.889	-17,8%
Capital empregado	**352.543**	**436.235**	**478.278**	**9,6%**
Média do capital empregado[3]		**394.389**	**457.257**	**15,9%**
ROIC[5]		**26,1%**	**23,0%**	

1 - Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.
2 - Descontados do IR e Contribuição Social diferidos.
3 - Média de capital empregado no período e no mesmo período do ano anterior.
4 - ROIC: NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Relatório da Administração

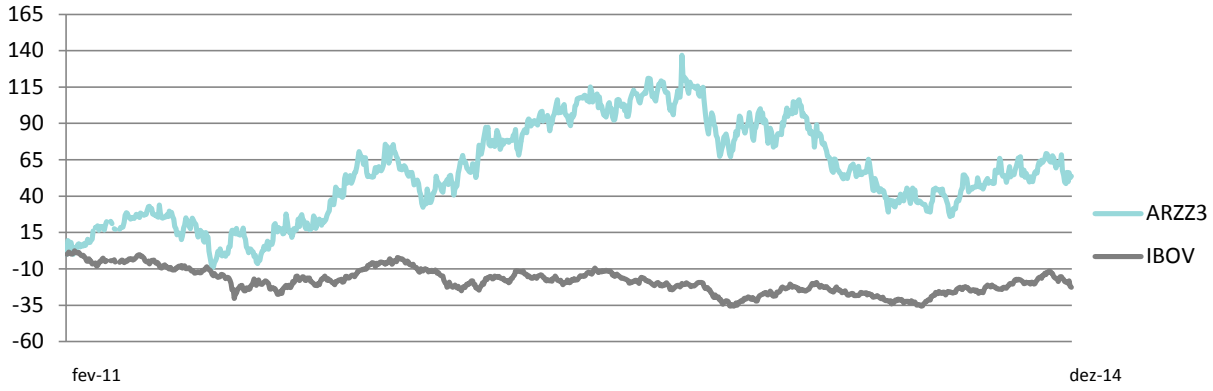
4. Principais premiações recebidas em 2014

Organizador	Prêmio	Categoria
IR Magazine Brazil	Grand Prix de melhor programa global de relações com investidores	Small & mid cap
Revista Forbes Brasil	Os melhores do Varejo	Finanças

Relatório da Administração

5. Mercado de capitais e Governança Corporativa

Em 30 de dezembro de 2014, a capitalização de mercado da Companhia era de R$2,4 bilhões (cotação R$ 26,96) redução de 9% quando comparado ao mesmo período de 2014.



Arezzo&Co	
Ações emitidas	88.682.735
Ticker	ARZZ3
Início de negócios	02/02/2011
Cotação (30/12/2014)	26,96
Market Cap	2.390.886.536
Desempenho	
2011[1]	20%
2012[2]	71%
2013[3]	-24%
2014[4]	-9%

(1) Período de 02/02/2011 até 29/12/2011
(2) Período de 29/12/2011 até 28/12/2012
(3) Período de 28/12/2012 até 30/12/2013
(4) Período de 30/12/2013 até 30/12/2014

A fim de garantir maior previsibilidade e transparência, a Companhia possui uma política de distribuição semestral de proventos aos seus acionistas.

Pagamentos projetados [1]:

Data de referência	Data de pagamento	Proventos	R$	Valor bruto por ação ordinária (R$)
30/07/2012	30/01/2014	JCP	8.858.746,90	0,09994
24/04/2014	24/04/2014	Dividendo	20.893.199,88	0,23572
20/06/2014	30/06/2014	JCP	9.750.073,74	0,11000
20/06/2014	30/06/2014	JCP Complementar	2.485.217,59	0,02804
28/07/2014	28/08/2014	Dividendo	11.071.068,65	0,12484
17/12/2014	30/12/2014	JCP	9.750.073,74	0,10994
17/12/2014	30/12/2014	JCP Complementar	2.401.281,55	0,02708

(1) Sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Também se estabelece que a Companhia deve distribuir proventos, inclusive Juros Sobre Capital, Dividendos entre outros, equivalentes a pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício aos acionistas. Para mais informações sobre a política de proventos da Arezzo&Co, favor consultar: www.arezzoco.com.br.

Relatório da Administração

6. RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Arezzo&Co relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram realizados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”). A política da Companhia para contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

O relacionamento da EY com a Companhia pode ser assim sumariado:
Prestação de serviços para a Companhia

1) Os serviços realizados pela EY para a Companhia, em 2014, ligados à atividade de auditoria ou revisão, podem ser sumariados como segue:

i) Auditoria completa realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
ii) Revisões das Informações Trimestrais (ITRs) da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2014; e
iii) Revisão dos demonstrativos gerenciais dos Fundos de Propaganda da Arezzo, da Schutz e da Anacapri para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os honorários relativos aos serviços acima estão estimados em R$ 325.000,00.

2) Os outros serviços prestados pela EY para a Companhia, em 2014, não ligados à atividade de auditoria ou revisão, podem ser sumariados como segue:
Serviços sendo prestados em 31 de dezembro de 2014:

i) Assessoria em Gestão de riscos do projeto, Mapeamento de processos e Gestão de mudanças no processo de implantação do novo sistema integrado de gestão da Companhia (SAP) conforme segue:

Gestão de riscos do projeto: Assessorar nas atividades de gestão de riscos do projeto, atuando no monitoramento dos riscos associados às atividades do projeto e também na composição dos documentos necessários ao projeto, permitindo maior nível de conforto no processo de tomada de decisões por parte da Companhia, com honorários de R$950.646,00.

Mapeamento de processos: Realizar o mapeamento da situação atual dos processos-alvo da implementação, com foco na identificação de riscos e oportunidades de melhoria, as quais serão selecionadas e validadas pela Companhia e servirão de base para o desenho dos fluxos do modelo futuro, com honorários de R$550.270,00.

Gestão de mudanças: Assessorar na identificação das mudanças organizacionais decorrentes da execução do projeto SAP, propondo ações que minimizem efeitos negativos sobre pessoas, processos e cultura da Companhia, com honorários de R$949.084,00.

A duração prevista para prestação dos serviços acima mencionados é de 20 meses, a partir de junho de 2013, ou seja, tiveram início em 2013 e irão transcorrer nos exercícios de 2014 e 2015.

Serviços já prestados em 31 de dezembro de 2014:
ii) Elaboração de carta técnica contendo entendimento sobre aspectos fiscais relacionados à implementação de operação de importação em Santa Catarina, com honorários de R$ 6.000,00.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa visa evitar o conflito de interesses, e se fundamenta nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e consistem, basicamente, de acordo com as normas internacionais atuais em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia; e (d) o auditor não presta quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes . Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

O auditor independente declara que serão comunicados todos os relacionamentos e outros assuntos existentes entre o Auditor Independente, ou outras firmas membros da sua organização e a Empresa que, de acordo com seu julgamento profissional, podem estar, razoavelmente, relacionados com a independência (incluindo honorários totais cobrados por serviços relacionados à auditoria, ou não, prestados pelo Auditor Independente) e as salvaguardas relacionadas que tiverem sido aplicadas a fim de eliminar ameaças identificadas à independência ou reduzi-las a um nível aceitável.

Relatório da Administração

7. Relações com Investidores – RI

Acionistas, analistas, e o mercado em geral têm a sua disposição informações atualizadas sobre a Companhia disponíveis no website de RI, www.arezzoco.com.br, e nas páginas da CVM, www.cvm.gov.br, e BM&FBOVESPA, www.bmfbovespa.com.br.

Para mais informações, o contato direto com o Departamento de RI pode ser feito por meio do e-mail ri@arezzoco.com.br ou por telefone: (11) 2132-4300.

8. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM Nº 480/09, os diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2014 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Aviso importante

Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macroeconômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento, e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no “U.S. Private Securities Litigation ReformAct” de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

As informações financeiras consolidadas da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios do padrão contábil internacional - IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 - salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contava com 455 franquias no Brasil e 7 no exterior; 53 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e uma loja própria no exterior; e um canal "web commerce" destinado à vendas de produtos da marca Schutz.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba.

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC e Schutz 655 LLC.

ARZZ LLC

A ARZZ LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

A Schutz 655 LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Demonstrações financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2013, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas em Reunião de Diretoria realizada em 02 de março de 2015.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	Pais-sede	Participação total - %			
		2014		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	**99,99**	**-**	99,99	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	**99,99**	**-**	99,99	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	**100,00**	**-**	100,00	-
ARZZ LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00**	-	100,00
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	**-**	**100,00**	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que à participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Investimentos em controladas--Continuação

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Vida útil média estimada
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2014 e 2013 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e

- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social (*)	1,00%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

(*) Conforme Lei 12.546 relativa à desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada ZZSAP. No período de abril e maio de 2013, o INSS da controlada ZZAB foi apurado de acordo com a Medida Provisória nº 601/2012 que alterou a Lei 12.546 relativo a desoneração da folha de pagamento das empresas de varejo, que veio a perder seus efeitos em 03/06/2013. Em 19 de julho de 2013, foi publicada a Lei nº 12.844/13 que postergou até 1º de novembro de 2013 a continuidade da desoneração da folha de pagamentos das empresas de varejo.

Notas Explicativas

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.15 **Tributação**--Continuação

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas Explicativas

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.15 **Tributação**--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.19. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. Esses passivos foram classificados na categoria de outros passivos financeiros e passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Outros passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza Adiantamentos de Contratos de Câmbio (“ACCs”) como principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das venda de mercadorias para o mercado externo.

Estes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de “hedge accounting” e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por quatro marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman e Anacapri), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e e-commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.22. Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.23. Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”) para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

Notas Explicativas

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.23. **Pagamento baseado em ações**--Continuação

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício.

2.24. **Assistência governamental**

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

A Companhia entende que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º de janeiro de 2014 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

b) Pronunciamentos novos aplicados antecipadamente pela primeira vez em 2014

O IASB emitiu alteração do IAS 27 Equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2016. A revisão cria a possibilidade de adoção do método da equivalência patrimonial nos investimentos detidos em controladas nas demonstrações separadas. A Companhia já adota o método de equivalência patrimonial para as demonstrações financeiras separadas, conforme mencionado no item 2.1.

Notas Explicativas

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

c) Pronunciamentos novos ou revisados mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

Melhorias anuais – Ciclo 2010-2012

Essas melhorias estão em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre a Companhia, incluindo as seguintes:

IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações

Essa melhoria é aplicada prospectivamente e esclarece várias questões relacionadas com as definições de desempenho e condições de serviço que representam condições de aquisição, incluindo as seguintes:

- Uma condição de desempenho deve conter uma condição de serviço;
- Uma meta de desempenho deve ser cumprida enquanto a contraparte estiver prestando serviço;
- Uma meta de desempenho pode relacionar-se com as operações ou atividades de uma entidade ou com aquelas de outra entidade no mesmo grupo;
- Uma condição de desempenho pode ser uma condição de mercado ou não relacionada com o mercado.

Se a contraparte, independentemente da razão, deixar de prestar serviço durante o período de aquisição, a condição de serviço não será satisfeita.

Notas Explicativas

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

c) Pronunciamentos novos ou revisados mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014--Continuação

IFRS 3 – Combinação de Negócios

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que todos os acordos de contraprestação contingente classificados como passivo (ou ativo) resultante de uma combinação de negócios devem ser subsequentemente mensurados a valor justo por meio do resultado, enquadrando-se ou não no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável).

IFRS 8 – Segmentos Operacionais

As alterações são aplicadas retrospectivamente e esclarecem que:

- Uma entidade deve divulgar os julgamentos feitos pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da IFRS 8, incluindo uma breve descrição de segmentos operacionais que foram agregados e as características econômicas (ex.: vendas e margens brutas) utilizadas para avaliar se os segmentos são “similares”;
- A conciliação de ativos de segmento com o total do ativo deve ser divulgada se a reconciliação for reportada ao tomador de decisão operacional em nível de diretoria, semelhante à divulgação exigida para os passivos do segmento.

IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 38 – Ativo Intangível

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece, na IAS 16 e na IAS 38, que o ativo pode ser reavaliado utilizando dados observáveis sobre o valor contábil líquido ou bruto. Adicionalmente, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores contábeis ou brutos do ativo.

IAS 24 – Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações da parte relacionada. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração.

Notas Explicativas

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

c) Pronunciamentos novos ou revisados mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014--Continuação

Melhorias Anuais – Ciclo 2011-2013

Essas melhorias entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014, não sendo esperado efeito significativo sobre a Companhia, incluindo:

IFRS 3 – Combinação de Negócios

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam:

- Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 3;
- Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras do acordo conjunto em si.

IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam:

- Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13;
- Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo conjunto em si.

IAS 40 – Propriedade para Investimento

A descrição de serviços auxiliares na IAS 40 estabelece a diferença entre propriedade para investimento e propriedade ocupada pelo proprietário (ou seja, ativo imobilizado). A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a IFRS 3, e não a descrição de serviços auxiliares na IAS 40, é utilizada para determinar se a transação é a compra de um ativo ou uma combinação de negócios.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1o de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto a Companhia, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Caixa	**15**	16	**544**	529
Bancos	**6.095**	8.745	**10.287**	13.257
	6.110	8.761	**10.831**	13.786

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Circulante				
Renda fixa (a)	**26.781**	24.132	**26.781**	36.336
Fundo de Investimento Exclusivo				
CDB	**15.441**	23.160	**15.441**	23.160
Operações Compromissadas	**51.911**	69.469	**51.911**	69.469
Letras Financeiras (CEF)	**-**	16.105	**-**	16.105
Letras Financeiras do Tesouro	**95.421**	21.253	**95.421**	26.835
	189.554	154.119	**189.554**	171.905
Não circulante				
Fundo de capitalização	**-**	**-**	**29**	23
Total das aplicações financeiras	**189.554**	154.119	**189.583**	171.928

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Fundo de investimento exclusivo

De acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A.. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa.

Em 31 de dezembro de 2014, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 101,1% do CDI. Os ativos são compostos em 50% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 81% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

Notas Explicativas

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Duplicatas - clientes nacionais	**190.616**	155.646	**192.231**	158.507
Duplicatas - clientes estrangeiros	**24.663**	32.035	**34.258**	39.560
Duplicatas - partes relacionadas (Nota 12.a)	**24.233**	26.825	**-**	-
Cheques	**-**	2	**119**	131
Cartões de crédito	**-**	-	**51.716**	49.588
	239.512	214.508	**278.324**	247.786
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(365)**	(252)	**(411)**	(288)
	239.147	214.256	**277.913**	247.498

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas - clientes nacionais”.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Saldo no início do exercício	**(252)**	(434)	**(288)**	(604)
Adições	**(365)**	(250)	**(515)**	(250)
Realizações	**252**	432	**392**	566
Saldo no final do exercício	**(365)**	(252)	**(411)**	(288)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
A vencer	**227.946**	207.579	**266.758**	240.857
Vencido até 30 dias	**3.245**	3.463	**3.245**	3.463
Vencido de 31 a 60 dias	**1.061**	2.059	**1.061**	2.059
Vencido de 61 a 90 dias	**625**	718	**625**	718
Vencido de 91 a 180 dias	**3.548**	440	**3.548**	440
Vencido de 181 a 360 dias	**2.751**	1	**2.751**	1
Vencido há mais de 360 dias	**336**	248	**336**	248
	239.512	214.508	**278.324**	247.786

Do total das contas a receber vencidas entre 91 e 360 dias, R$5.024 estão relacionados a um ex-franqueado da Companhia. Para este montante, existem bens em garantia cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2014 supera o valor contábil das contas a receber. Desta forma, a Administração não espera que ocorram perdas relacionadas a estes saldos.

Do total das contas a receber, R$97 (R$97 em 31 de dezembro de 2013) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

Notas Explicativas

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Matéria prima	**6.407**	7.344	**13.161**	12.674
Produtos em elaboração	**-**	-	**9.739**	7.622
Produtos acabados	**27.865**	18.644	**70.867**	60.475
Adiantamentos a fornecedores	**4.273**	4.656	**5.903**	5.136
(-) Provisão para perdas	**(1.539)**	(799)	**(1.539)**	(799)
	37.006	29.845	**98.131**	85.108

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e produção de calçados na controlada ZZSAP.Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Saldo no início do exercício	**(799)**	(461)	**(799)**	(461)
Adições	**(1.054)**	(475)	**(1.054)**	(475)
Recuperações/ realizações	**314**	137	**314**	137
Saldo no final do exercício	**(1.539)**	(799)	**(1.539)**	(799)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
ICMS a recuperar	**11.165**	9.539	**11.985**	10.659
Antecipação de IRPJ	**6.061**	3.322	**6.867**	4.113
Antecipação de CSLL	**1.986**	944	**2.357**	1.286
Outros	**1.561**	448	**6.533**	3.130
	20.773	14.253	**27.742**	19.188

Notas Explicativas

10. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Adiantamento ao fundo de propaganda	**4.268**	4.685	**4.268**	4.685
Créditos junto a franqueados	**2.457**	4.638	**3.903**	6.012
Adiantamentos a fornecedores	**975**	1.086	**2.525**	2.777
Adiantamentos a empregados	**332**	733	**850**	1.216
Adiantamentos de viagens	**846**	831	**848**	837
Despesas antecipadas	**55**	93	**201**	563
Outros créditos a realizar	**-**	-	**2.808**	2.475
	8.933	12.066	**15.403**	18.565
Circulante	**8.613**	10.431	**14.482**	15.608
Não circulante	**320**	1.635	**921**	2.957

Adiantamento ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia (“Rede de Franquias Arezzo”, “Rede de Franquias Schutz” e “Rede de Franquias Anacapri”), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo”, “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri”. Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Créditos tributários - resultantes de incorporação	**7.535**	7.535	**7.535**	7.535
(-) Amortização fiscal (i)	**(7.535)**	(6.028)	**(7.535)**	(6.028)
Imposto de renda e contribuição social diferidos resultante de incorporação	**-**	1.507	**-**	1.507
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social (ii)	**2.429**	3.293	**4.124**	4.007
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	**2.429**	4.800	**4.124**	5.514

(i) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente de incorporação pela Companhia de acervo oriundo de cisão da FIGEAC Holdings S.A. ("FIGEAC"), líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado foi amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo de cinco anos e teve como contra partida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

(ii) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Saldo de abertura	**4.800**	5.997	**5.514**	6.264
Imposto diferido reconhecido no resultado	**(2.371)**	(1.197)	**(1.390)**	(750)
Saldo final	**2.429**	4.800	**4.124**	5.514

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2014	31/12/2014
2015	**1.787**	**2.352**
2016	**321**	**886**
2017	**321**	**886**
Total	**2.429**	**4.124**

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**159.697**	153.033	**161.487**	156.117
Alíquota vigente	**34%**	34%	**34%**	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	**(54.297)**	(52.031)	**(54.906)**	(53.080)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	**-**	-	**(3.217)**	(3.624)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	**4.819**	4.811	**4.819**	4.811
Equivalência patrimonial	**(2.182)**	(1.644)	**-**	-
Juros sobre capital próprio	**8.291**	7.250	**8.291**	7.250
Despesa com plano de opções de ações	**(1.513)**	(1.337)	**(1.513)**	(1.337)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rounet, outros)	**375**	489	**375**	550
Constituição de tributos diferidos sobre prejuízos em empresas controladas, relativos a anos anteriores	**-**	-	**-**	891
Perdas indedutíveis em estoques	**(915)**		**(915)**	
Outras diferenças permanentes	**(1.523)**	(16)	**(1.669)**	(1.023)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(46.945)**	(42.478)	**(48.735)**	(45.562)
Corrente	**(44.574)**	(41.281)	**(47.345)**	(44.812)
Diferido	**(2.371)**	(1.197)	**(1.390)**	(750)
Total	**(46.945)**	(42.478)	**(48.735)**	(45.562)
Taxa efetiva - %	**29,40%**	27,76%	**30,18%**	29,18%

c) MP 627 e IN RFB 1.397

A conversão em Lei 12.973/2014 em 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014. A Companhia optou pela adoção antecipada para 2014, e concluiu não haver impactos financeiros e contábeis nas suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

	31/12/2014						
	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	**-**	**10.379**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
ARZZ International INC	**-**	**12.191**	**-**	**-**	**-**	**16.493**	
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**23.418**	**-**	**-**	**433**	**-**	**126.401**	**13**
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	**815**	**-**	**5.916**	**-**	**-**	**374**	**94.704**
Total Controladora	**24.233**	**22.570**	**5.916**	**433**	**-**	**143.268**	**94.717**
Consolidado							
Acionistas controladores	**-**	**-**	**-**	**-**	**950**	**-**	**-**
Total Consolidado	**-**	**-**	**-**	**-**	**950**	**-**	**-**

	31/12/2013						
	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Controladora							
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	1.334	7.963	-	1.333	-	-	-
ARZZ International INC	-	7.160	-	-	-	13.745	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	25.347	-	63	549	-	104.942	25
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	144	-	-	102	-	262	82.938
Total Controladora	26.825	15.123	63	1.984	-	118.949	82.963
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	873	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	873	-	-

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada).

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 78 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 02 dias.

Notas Explicativas

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 31 de dezembro de 2014 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R$ 4.329 (R$ 3.277 em 31 de dezembro de 2013), como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	**3.370**	3.106
Remuneração variável bônus	**959**	171
Total da remuneração	**4.329**	3.277

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações (Nota 32). No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a despesa com plano de opções de ações de Administradores totalizou R$ 949 (R$588 em 31 de dezembro de 2013), e está sendo apresentada como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

d) Garantias

A Companhia é a garantidora de um contrato de arrendamento mercantil firmado em novembro de 2009 por sua controlada ZZSAP no montante de R$ 3 (R$60 em 31 de dezembro de 2013).

e) Transações ou relacionamentos com acionistas

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 52,8% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2014.

f) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia, e com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, que presta consultoria em gestão de recursos humanos, também membro do Conselho de Administração da Companhia. Estas empresas receberam no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 R$417 e R$592 (R$451 e R$622 em 31 de dezembro de 2013), respectivamente.

No exercício de 2013, a Companhia contratou serviços de consultoria empresarial do Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A., onde o Sr. Wellerson Cavalieiri, membro do Conselho de Administração da Companhia, participa como sócio. Esta empresa recebeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 R$ 2.904 (R$1.115 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas

13. Investimentos

								Investimento/Provisão para perdas com investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
Descrição	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Capital social**	**Receita líquida**	**Resultado do exercício**	**% Partic.**	**31/12/2014**	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
ZZAB Com. de Calçados Ltda.	**171.666**	**44.988**	**126.678**	**93.614**	**96.268**	**5.353**	99,99	**126.678**	121.325	**5.353**	4.585
ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda.	**37.456**	**30.519**	**6.939**	**592**	**75.425**	**(2.034)**	99,99	**6.939**	8.971	**(2.034)**	1.703
Investimentos								**133.617**	130.296	**3.319**	6.288
ARZZ International INC.	**27.453**	**36.580**	**(9.129)**	**24.270**	**30.599**	**(9.736)**	100,00	**(9.129)**	(5.112)	**(9.736)**	(11.123)
Provisão para perdas com investimentos								**(9.129)**	(5.112)	**(9.736)**	(11.123)
								124.488	125.184	**(6.417)**	(4.835)

	Controladora	
	31/12/2014	**31/12/2013**
Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas	**125.184**	87.804
Integralização de capital	**5.721**	42.215
Equivalência patrimonial	**(6.417)**	(4.835)
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas	**124.488**	125.184

Aumento de capital:

Notas Explicativas

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Companhia aumentou o capital social nas suas controladas, conforme abaixo demonstrado:

	2014	2013
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	**-**	31.003
ARZZ International Inc.	**5.721**	11.212
	5.721	42.215
Integralização com caixa	**5.721**	11.212
Integralização com créditos	**-**	31.003

No exercício de 2013, a controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US$ 1.639 mil para US$ 6.589 mil, portanto um aumento de US$ 4.950 mil, equivalentes a R$11.212 integralizados em moeda no próprio exercício.

No exercício de 2014, a controlada ARZZ International Inc. teve seu capital social aumentado de US$ 6.589 mil para US$ 9.139 mil, portanto um aumento de US$ 2.550 mil, equivalentes a R$ 5.721 integralizados em moeda no próprio exercício.

14. Imobilizado

	31/12/2014			**31/12/2013**		
Controladora	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**
Computadores e periféricos	**9.619**	**(4.662)**	**4.957**	6.053	(3.678)	2.375
Móveis e utensílios	**7.019**	**(2.554)**	**4.465**	6.397	(1.996)	4.401
Máquinas e equipamentos	**5.963**	**(2.000)**	**3.963**	5.270	(1.684)	3.586
Instalações e showroom	**14.320**	**(3.589)**	**10.731**	12.160	(2.408)	9.752
Veículos	**236**	**(67)**	**169**	196	(63)	133
Terrenos	**101**	**-**	**101**	1.501	-	1.501
Total	**37.258**	**(12.872)**	**24.386**	31.577	(9.829)	21.748

	31/12/2014			**31/12/2013**		
Consolidado	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**
Computadores e periféricos	**11.552**	**(5.690)**	**5.862**	7.812	(4.452)	3.360
Móveis e utensílios	**19.045**	**(5.479)**	**13.566**	15.929	(4.089)	11.804
Máquinas e equipamentos	**14.459**	**(5.381)**	**9.078**	12.182	(4.432)	7.750
Instalações e showroom	**61.371**	**(14.380)**	**46.991**	53.819	(9.860)	43.959
Veículos	**249**	**(80)**	**169**	209	(76)	133
Terrenos	**101**	**-**	**101**	1.501	-	1.501
Total	**106.777**	**(31.010)**	**75.767**	91.452	(22.909)	68.543

14. Imobilizado--Continuação

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
Saldos em 31/12/2012	2.148	4.331	2.289	10.433	27	1.501	20.729
Aquisições	1.006	1.059	1.638	1.817	120	-	5.640
Depreciação	(724)	(497)	(333)	(963)	(14)	-	(2.531)
Baixas	(55)	(492)	(8)	(1.535)	-	-	(2.090)
Saldos em 31/12/2013	2.375	4.401	3.586	9.752	133	1.501	21.748
Aquisições	**3.568**	**622**	**798**	**2.160**	**52**	**-**	**7.200**
Depreciação	**(984)**	**(558)**	**(410)**	**(1.181)**	**(16)**	**-**	**(3.149)**
Baixas	**(2)**	**-**	**(11)**	**-**	**-**	**(1.400)**	**(1.413)**
Saldos em 31/12/2014	**4.957**	**4.465**	**3.963**	**10.731**	**169**	**101**	**24.386**
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	

Consolidado	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Prédios	Veículos	Terrenos	Total
Saldos em 31/12/2012	3.110	10.218	5.649	39.663	422	27	2.001	61.090
Aquisições	1.337	3.752	3.068	11.547	-	120	-	19.824
Depreciação	(1.046)	(1.609)	(886)	(4.868)	(21)	(14)	-	(8.444)
Baixas	(41)	(521)	(81)	(2.383)	(401)	-	(500)	(3.927)
Saldos em 31/12/2013	3.360	11.840	7.750	43.959	-	133	1.501	68.543
Aquisições	**3.860**	**4.105**	**2.458**	**10.608**	**-**	**52**	**-**	**21.083**
Depreciação	**(1.339)**	**(1.778)**	**(1.091)**	**(5.460)**	**-**	**(16)**	**-**	**(9.684)**
Baixas	**(19)**	**(601)**	**(39)**	**(2.116)**	**-**	**-**	**(1.400)**	**(4.175)**
Saldos em 31/12/2014	**5.862**	**13.566**	**9.078**	**46.991**	**-**	**169**	**101**	**75.767**
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	4%	20%	-	

Em 22 de janeiro de 2014, a Companhia negociou com a Prefeitura de Campo Bom a venda do terreno adquirido da mesma em 09 de dezembro de 2010, no montante de R$ 1.608.

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas
15. Intangível

	31/12/2014			31/12/2013		
Controladora	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**
Marcas e patentes	**2.812**	**-**	**2.812**	2.655	-	2.655
Direito de uso de lojas	**1.078**	**-**	**1.078**	1.078	-	1.078
Direito de uso de sistemas	**60.120**	**(12.989)**	**47.131**	32.029	(9.532)	22.497
Total	**64.010**	**(12.989)**	**51.021**	35.762	(9.532)	26.230

	31/12/2014			31/12/2013		
Consolidado	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**
Marcas e patentes	**2.928**	**-**	**2.928**	2.778	-	2.778
Direito de uso de lojas	**39.598**	**-**	**39.598**	41.495	-	41.495
Direito de uso de sistemas	**61.017**	**(13.467)**	**47.550**	32.765	(9.924)	22.841
Total	**103.543**	**(13.467)**	**90.076**	77.038	(9.924)	67.114

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	**Marcas e patentes**	**Direito de uso de lojas**	**Direito de uso de sistemas**	**Total**
Saldos em 31/12/2012	2.629	125	6.940	9.694
Aquisições	26	1.553	18.020	19.599
Amortização	-	-	(2.415)	(2.415)
Baixas	-	(600)	(48)	(648)
Saldos em 31/12/2013	2.655	1.078	22.497	26.230
Aquisições	**294**	**2**	**28.091**	**28.387**
Amortização	**-**	**-**	**(3.457)**	**(3.457)**
Baixas	**(137)**	**(2)**	**-**	**(139)**
Saldos em 31/12/2014	**2.812**	**1.078**	**47.131**	**51.021**
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Consolidado	**Marcas e patentes**	**Direito de uso de lojas**	**Direito de uso de sistemas**	**Total**
Saldos em 31/12/2012	2.749	37.715	7.358	47.822
Aquisições	29	5.795	18.108	23.932
Amortização	-	-	(2.526)	(2.526)
Baixas	-	(2.015)	(99)	(2.114)
Saldos em 31/12/2013	2.778	41.495	22.841	67.114
Aquisições	**298**	**892**	**28.258**	**29.448**
Amortização	**-**	**-**	**(3.546)**	**(3.546)**
Baixas	**(148)**	**(2.789)**	**(3)**	**(2.940)**
Saldos em 31/12/2014	**2.928**	**39.598**	**47.550**	**90.076**
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Notas Explicativas

15. Intangível--Continuação

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os principais investimentos realizados em "direito de uso de sistemas" estão relacionados ao processo de desenvolvimento e implantação do novo sistema integrado de gestão que será utilizado pela Companhia, projeto iniciado no exercício de 2013. O software de gestão selecionado pela Companhia foi o SAP e substituirá o sistema integrado de gestão atualmente utilizado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia incorreu em gastos relacionados com a aquisição da licença deste software e desenvolvimento deste sistema integrado de gestão no montante de R$16.805.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o montante de R$17.716 na Controladora e no Consolidado (R$17.689 em 31 de dezembro de 2013) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

Notas Explicativas

15. Intangível--Continuação

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 5 anos variaram de 2% a 4%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto que variam de 14% a 16% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas - As receitas foram projetadas entre 2015 e 2019 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.

- Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

- Investimentos de capital - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Capital de giro	**-**	-	**13.331**	11.746
Banco do Brasil (FINAME)	**12**	16	**1.055**	231
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	**29.493**	27.778	**29.493**	27.778
FINEP	**41.205**	28.859	**41.205**	28.859
BNDES Progeren	**-**	-	**14.323**	29.767
Outros	**-**	-	**3**	37
	70.710	56.653	**99.410**	98.418
Circulante	**37.266**	34.350	**65.081**	59.835
Não circulante	**33.444**	22.303	**34.329**	38.583

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

(i) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,35% fixo ao ano.

(ii) Leasing e Finame: 1,37% ao mês.

(iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros + Spread do Banco, média em 31/12/2014 de 1,35% ao ano.

(iv) FINEP: Taxa entre 4% e 5,25% ao ano, ou indexado a TJLP.

(v) Capital de Giro BNDES Progeren: Taxa: de TJLP + 2,5% ao ano.

Vencimentos dos contratos

- Capital de giro (Bank of America): vencimento em 11 de setembro de 2015;
- Banco do Brasil: parcelas mensais com vencimento final em agosto de 2015;
- ACC: diversos contratos com vencimento final até setembro de 2015;
- FINEP: vencimentos de 2014 até setembro de 2021;
- BNDES PROGEREM: vencimento em 15 de novembro de 2015; e
- Outros: prazo final de amortização em janeiro de 2015.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2016	**8.543**	**8.756**
2017	**7.963**	**8.175**
2018	**9.882**	**9.947**
Após 2018	**7.056**	**7.451**
Total	**33.444**	**34.329**

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (“covenants”) relacionadas a indicadores financeiros.

Linhas de crédito

Em 14 de novembro de 2011, a Companhia contratou uma terceira linha de financiamento junto ao FINEP no montante de R$27.366. Em 31 de dezembro de 2014, esta linha de crédito estava totalmente utilizada.

Em 03 de setembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de financiamento junto ao FINEP no montante de R$ 43.361. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R$ 30.353 referente a esta linha de crédito não foi utilizado pela Companhia e está disponível para utilização.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados “Arezzo”, em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de lojas de franqueados, observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

Pelos termos do acordo, a Companhia será a garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não existiam operações desta natureza contratadas pelos lojistas e, consequentemente, a Companhia não figurava como garantidora de nenhuma operação desta natureza.

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados “Arezzo”, utilizando-se recursos do BNDES em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações.

A Companhia é garantidora dessas operações. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia era de R$ 3.693, sendo que em 31 de dezembro de 2013, não existiam operações desta natureza garantidas pela Companhia. Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

Notas Explicativas

17. Fornecedores

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Fornecedores nacionais	**63.891**	26.071	**70.271**	34.842
Partes relacionadas (Nota 12.a)	**433**	1.984	**-**	-
Fornecedores estrangeiros	**44**	17	**44**	17
	64.368	28.072	**70.315**	34.859

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Salários a pagar	**5.810**	2.840	**7.398**	5.561
Provisão para férias e encargos	**5.706**	5.346	**9.707**	8.007
	11.516	8.186	**17.105**	13.568

19. Programa de parcelamento fiscal

A sociedade controlada ZZSAP aderiu ao Parcelamento Especial (PAES), disciplinado pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, inscrevendo parte substancial dos débitos tributários vencidos até 15 de julho de 2003. Conforme previsto na legislação mencionada, as empresas que integram este programa são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas mensais, podendo ser excluídas do programa caso atrasem estes pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

Em janeiro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela do Parcelamento Especial (PAES).

Notas Explicativas
20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cível	**484**	502	**507**	524
Tributária	**1.675**	1.185	**2.044**	1.554
Trabalhista	**2.346**	2.162	**2.766**	2.765
	4.505	3.849	**5.317**	4.843

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Notas Explicativas
20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Controladora	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2012	1.061	-	1.336	2.397
Adições/atualizações	52	1.236	1.199	2.487
Reversões/pagamentos	(611)	(51)	(373)	(1.035)
Saldos em 31/12/2013	502	1.185	2.162	3.849
Saldos em 31/12/2013	502	1.185	2.162	3.849
Adições/atualizações	**540**	**1.217**	**875**	**2.632**
Reversões/pagamentos	**(558)**	**(727)**	**(691)**	**(1.976)**
Saldos em 31/12/2014	**484**	**1.675**	**2.346**	**4.505**

Consolidado	Cível	Tributária	Trabalhista	Total
Saldos em 31/12/2012	1.088	-	1.950	3.038
Adições/atualizações	53	1.605	1.459	3.117
Reversões/pagamentos	(617)	(51)	(644)	(1.312)
Saldos em 31/12/2013	524	1.554	2.765	4.843
Saldos em 31/12/2013	524	1.554	2.765	4.843
Adições/atualizações	**541**	**1.217**	**2.389**	**4.147**
Reversões/pagamentos	**(558)**	**(727)**	**(2.388)**	**(3.673)**
Saldos em 31/12/2014	**507**	**2.044**	**2.766**	**5.317**

Em março de 2014, a Companhia provisionou o montante de R$ 1.217 relativo a auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 31 de maio de 2013, referente ao não recolhimento do IRPJ, CSLL e Imposto sobre Operações de Crédito (IOF) sobre operações de mútuo, relativa aos períodos de junho/2008 a dezembro/2009. Em 01 de agosto de 2014, parte desta provisão no montante de R$ 727, referente ao Imposto sobre Operações de Crédito, foi revertida em função da adesão ao parcelamento federal determinado pela Lei 12.973 de 2014. A Companhia efetuou o pagamento do montante consolidado do parcelamento, no valor de R$ 423 à vista em 22 de agosto de 2014. O processo referente ao IRPJ e CSLL encontra-se atualmente na esfera administrativa.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R$ 45.418 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

i) Auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, conforme divulgado na Nota 21.2. O ágio incorporado está sendo apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, e representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os advogados da Companhia, a expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de R$ 6.848.

Notas Explicativas

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

ii) Auto de infração emitido pela Secretaria Estadual da Fazenda do Rio Grande do Sul em 02 de abril de 2013, referente a acusação de creditamento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro/2008 a dezembro/2011, resultando na exigência de ICMS no montante atualizado de R$ 4.974. O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os assessores jurídicos da Companhia, a expectativa de perda é considerada "possível".

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dos depósitos judiciais é de R$ 5.242 na Controladora (R$ 4.676 em 31 de dezembro de 2013) e R$ 6.939 no Consolidado (R$ 6.622 em 31 de dezembro de 2013).

21. Capital social e reservas

21.1. Capital social

Em 28 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R$49.143, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 29 de julho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, em razão do exercício por determinados beneficiários de Opções de Compra de Ações, no valor total de R$1.186, com emissão de 50 mil novas ações ordinárias da Companhia.

Em 31 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R$62.000, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 28 de julho de 2014, o conselho de administração aprovou o aumento de capital da companhia no valor de R$ 900 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra de no montante total de 45 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais em sem valor nominal, do Lote II da primeira outorga de opções, conforme deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2012, nos termos do Plano de Opções de compra de ações.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.1. Capital social--Continuação

	Ações em milhares	Capital social R$
Saldo em 31 de dezembro de 2012	88.587	106.857
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	49.143
Emissão de ações com plano de opção de ações	50	1.186
Saldo em 31 de dezembro de 2013	88.637	157.186
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	**62.000**
Emissão de ações com plano de opção de ações	**45**	**900**
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**88.682**	**220.086**

21.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

a) Em 08 de novembro de 2007, a Companhia emitiu 3.203.808 novas ações ordinárias nominativas em favor da BRICS, sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R$50.000. Deste montante, R$ 25.000 foram integralizados no ato pela BRICS dos quais R$2.500 foram destinados ao aumento de capital e R$22.500 destinados à formação de reserva de capital;

b) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R$13.935.
No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.

c) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R$12.500, dos quais R$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R$1.559.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2. Reserva de capital--Continuação

d) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R$12.500 restantes, dos quais R$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R$2.990.

e) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R$7.535.

Os créditos tributários gerados em decorrência da reserva especial de ágio constituída quanto da incorporação da BRICS e da FIGEAC foram realizados conforme comentado na Nota 11.

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R$182.009, dos quais R$167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R$13.579 (R$8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R$10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R$550 (R$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R$9.159, conforme descrito na Nota 32. Desse total, R$4.451 foram reconhecidos em 2014 (R$3.933 em 2013 e R$ 775 em 2012).

21.3. Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos (“P&D”), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R$2.683.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.3. Reservas e retenção de lucros--Continuação

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2013 é de R$186.936 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2014.

A Companhia submeterá a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente da reserva de lucros, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	**112.752**	110.555
Reserva legal - 5%	**(5.638)**	(5.528)
Lucro líquido à destinar	**107.114**	105.027
Dividendos mínimos conforme estatuto	**25%**	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	**26.779**	26.257
Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio creditados	**24.386**	21.323
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	**(3.546)**	(3.029)
Dividendos intercalares pagos	**11.072**	13.326
Dividendos propostos	**35.348**	20.894
Total	**67.260**	52.514
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	**40.481**	26.257
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R$	**0,456**	0,296

Durante o exercício de 2014 a Companhia distribuiu aos acionistas os dividendos e juros sobre capital próprios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que totalizavam o montante de R$ 7.598, que se encontravam provisionados para pagamento em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-- Continuação

Em 17 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 20.894.

Em 28 de julho de 2014 a Companhia aprovou através de Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante total de R$ 11.072, pagos em 28 de agosto de 2014. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

A Diretoria da Companhia encaminhará para apreciação do Conselho de Administração, em reunião a ser realizada em 02 de março de 2015, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 35.348, sujeita a aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de “despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2013, a Companhia realizou, em 31 de julho de 2013, o pagamento de R$10.885 (R$9.345, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) a título de juros sobre o capital próprio, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 01 de julho de 2013, inclusive.

Em 28 de junho de 2013, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio complementares no montante de R$2 (R$1, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) com pagamento em 30 de julho de 2013.

Em 18 de dezembro de 2013, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio complementares no montante de R$1.578 (R$1.353, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) com pagamento em 27 de dezembro de 2013, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 19 de dezembro de 2013, inclusive.

Notas Explicativas

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-- Continuação

Seguindo sua política de distribuição sistemática de proventos aos seus acionistas, a Companhia creditou juros sobre capital próprio semestrais, no montante de R$ 8.858 (R$ 7.598, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), aos acionistas que, em 31 de dezembro de 2013, estavam inscritos nos registros da Companhia como titulares das ações de sua emissão, sendo que o pagamento foi realizado em 30 de janeiro de 2014.

Em 20 de junho de 2014, a Companhia contabilizou os juros sobre capital próprio no montante de R$ 12.235 (R$ 10.441, líquido dos efeitos de impostos de renda na fonte). O pagamento foi efetuado no dia 30 de junho de 2014, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 20 de junho de 2014, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 01 de julho de 2014, inclusive.

Em 16 de dezembro de 2014, a Companhia contabilizou os juros sobre capital próprio no montante de R$ 12.151 (R$ 10.397, líquido dos efeitos de imposto de renda na fonte). O pagamento foi efetuado no dia 29 de dezembro de 2014, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 16 de dezembro de 2014, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 17 de dezembro de 2014, inclusive.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2014	31/12/2014
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	**112.572**	110.555
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	**88.657**	88.608
Lucro básico por ação - R$	**1,27**	1,25

Notas Explicativas

23. Resultado por ação--Continuação

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	**112.572**	110.555
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	**88.657**	88.608
Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	**90**	161
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	**88.747**	88.769
Lucro diluído por ação - R$	**1,27**	1,25

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	**1.089.467**	996.540	**1.281.800**	1.170.419
Mercado externo	**58.101**	53.039	**76.195**	61.666
Devolução de vendas	**(36.431)**	(34.753)	**(52.291)**	(48.941)
Descontos e abatimentos	**(1.289)**	(1.184)	**(1.289)**	(1.184)
Impostos sobre vendas	**(191.122)**	(165.592)	**(251.506)**	(219.010)
Receita operacional líquida	**918.726**	848.050	**1.052.909**	962.950

Notas Explicativas
25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman) e canais (franquias, multimarca e lojas próprias) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
Marca	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Receita bruta	**1.357.995**	1.232.085
Arezzo - mercado interno	**766.782**	718.658
Schutz - mercado interno	**434.063**	400.452
Anacapri - mercado interno	**71.748**	41.316
Outros	**9.207**	9.993
Mercado externo	**76.195**	61.666

	Consolidado	
Canal	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Receita bruta	**1.357.995**	1.232.085
Franquias	**661.349**	583.110
Multimarca	**299.612**	288.566
Lojas próprias	**315.346**	291.368
Outros	**5.493**	7.375
Mercado externo	**76.195**	61.666

Em 2014, a receita bruta de um dos outlets da Companhia deixou de ser apresentada na marca Schutz e passou a ser apresentada na marca Arezzo. Desta forma, os saldos de 2013 das mascas Schutz e Arezzo foram reclassificados em R$2.044 para fins de comparação.

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2014, 6% da receita bruta.

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

Notas Explicativas

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	**(595.536)**	(539.608)	**(603.610)**	(537.221)
Despesas comerciais	**(105.618)**	(94.970)	**(221.352)**	(204.438)
Despesas administrativas e gerais	**(70.455)**	(69.210)	**(76.169)**	(73.812)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(1.375)**	245	**(3.708)**	1.011
	(772.984)	(703.543)	**(904.839)**	(814.460)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	**(6.606)**	(4.947)	**(13.230)**	(10.970)
Despesas com pessoal	**(78.478)**	(71.638)	**(132.600)**	(123.179)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	**(597.456)**	(542.875)	**(604.752)**	(540.488)
Fretes	**(17.914)**	(17.801)	**(20.495)**	(20.404)
Despesas com ocupação de lojas	**-**	-	**(32.255)**	(28.537)
Outras despesas operacionais	**(72.530)**	(66.282)	**(101.507)**	(90.882)
	(772.984)	(703.543)	**(904.839)**	(814.460)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	**Valor Justo**	**Valor contábil**	**Valor Justo**
Caixa e equivalentes de caixa	**10.831**	**10.831**	13.786	13.786
Aplicações financeiras	**189.583**	**189.583**	171.928	171.928
Clientes e outras contas a receber	**293.316**	**293.316**	266.063	266.063
Empréstimos e financiamentos	**99.410**	**99.410**	98.418	98.418
Fornecedores e outras contas a pagar	**82.543**	**82.543**	45.870	45.870

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo	Custo amortizado
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.831
Clientes e outras contas a receber	-	293.316
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	189.583	-
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	-	82.543
Empréstimos e financiamentos	-	99.410

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).

- Caixa e equivalentes de caixa, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

a.1) *Hierarquia de valor justo*

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

b) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase as totalidades de suas exportações possuem financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**
Contas a receber	**34.258**	39.560
Empréstimos e financiamentos	**(42.824)**	(39.524)
Fornecedores	**-**	(17)
Exposição líquida	**(8.566)**	19

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos cambiais--Continuação

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário provável (Valor contábil)	Cenário A	Cenário B
Depreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R$	34.258	42.823	51.387
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R$	(42.824)	(53.530)	(64.236)
Depreciação da Taxa em			25%	50%
Referência para Taxa de Câmbio Dólar		2,65	3,31	3,98
Efeito no lucro antes da tributação	R$		(2.141)	(4.283)

Em outubro de 2012, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US$ 3.025 mil com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira, sendo o vencimento em 06 de outubro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 o valor em aberto deste instrumento de hedge é zero.

	31/12/2014 USD (mil)	31/12/2013 USD (mil)
Forward - Compromisso de Venda	**-**	**1.375**

Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2014	31/12/2013
Valor a pagar decorrente do resultado (valor justo)	**-**	(254)
Demonstração do resultado	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Ganho reconhecido no resultado financeiro	**(180)**	(268)

O valor justo dos derivativos foi calculado com base em cotações oficiais de dólar futuro, tomou-se como referência a cotação do primeiro dólar futuro antes e depois do vencimento do derivativo na data do fechamento do exercício. A partir destes dados, calculou-se a média ponderada das taxas futuras para estimar-se o valor justo da operação no encerramento de cada exercício.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	31/12/2014	**%**
Juros fixos	**43.559**	44%
Juros com base na TJLP e Libor	**55.851**	56%
	99.410	100%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para o ano de 2014 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos – TJLP	R$	2.126	2.658	3.189
Financiamentos – Libor	R$	47	58	70
		2.173	2.716	3.259
Apreciação da taxa em Referência para passivos financeiros			25%	50%
Libor		0,35%	0,44%	0,53%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	67.481	38.684	2.309	108.474
Fornecedores e outras contas a pagar	81.726	817	-	82.543

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2014 e 2013.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida liquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	**5.341**	2.828	**5.352**	2.852
Rendimento de aplicações financeiras	**18.000**	14.233	**18.710**	15.858
Outras receitas	**704**	1.521	**1.812**	1.747
	24.045	18.582	**25.874**	20.457
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	**(1.806)**	(1.481)	**(2.254)**	(1.645)
Juros sobre financiamentos	**(2.367)**	(2.399)	**(4.190)**	(4.480)
Taxa de administração de cartão de crédito	**-**	(65)	**(4.998)**	(4.908)
Despesas com custas cartoriais	**(924)**	(536)	**(924)**	(536)
Outras despesas	**(654)**	(490)	**(2.610)**	(805)
	(5.751)	(4.971)	**(14.976)**	(12.374)
Variação cambial, líquida	**2.078**	(250)	**2.519**	(456)
Total	**20.372**	13.361	**13.417**	7.627

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	**31/12/2013**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Plano de opção de ações	**(4.451)**	(3.594)	**(4.451)**	(3.594)
Taxa de franquia	**2.603**	2.260	**2.603**	2.260
Receita com indenizações	**-**	1.112	**-**	1.112
Recuperação de despesas	**109**	162	**115**	174
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	**225**	(25)	**(1.578)**	729
Outras receitas	**139**	330	**(397)**	330
	(1.375)	245	**(3.708)**	1.011

Notas Explicativas

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 31/12/2014 (Consolidado)
Até um ano	**15.239**
Acima de um ano e até cinco anos	**19.238**

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R$ 1.828 (R$2.074 em 2013). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2014, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R$ 21.936 (R$21.213 em 31 de dezembro de 2013). O saldo da conta “Aluguéis a pagar” é de R$ 3.643 (R$2.795 em 31 de dezembro de 2013).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2014, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	**Riscos cobertos**	**Montante da cobertura - R$**
Estoques e imobilizado	Incêndio	142.720
	Responsabilidade civil	10.000

Notas Explicativas

32. Plano de opção de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

Notas Explicativas

32. Plano de opção de ações--Continuação

1ª Outorga - junho de 2012:

Em 11 e 13 de junho de 2012, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R$20,856948048 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2012 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

2ª Outorga - junho de 2013:

Em 11 de junho de 2013, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R$27,613453786 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2013 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

Notas Explicativas

32. Plano de opção de ações--Continuação

3ª Outorga - junho de 2014:

Em 12 de junho de 2014, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R$18,42 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2014 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos.

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	Quantidade máxima de ações		
Prazo de carência a partir da outorga	**1ª Outorga**	**2ª Outorga**	**3ª Outorga**
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.539	21.744
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228	195.787
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228	195.787
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.455	391.572
Total	263.983	655.450	804.890

A movimentação do plano de opções está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	**2ª Outorga**	**3ª Outorga**
Saldo em 31/12/2012	220.527	-	-
Opções outorgadas	-	655.450	-
Opções exercidas	(27.026)	(22.539)	-
Opções baixadas (*)	(14.626)	(1.000)	-
Saldo em 31/12/2013	**178.875**	**631.911**	**-**
Opções outorgadas	**-**	**-**	**804.890**
Opções exercidas	**(23.957)**	**-**	**(21.744)**
Opções baixadas (*)	**(36.089)**	**(125.207)**	**(31.376)**
Saldo em 31/12/2014	**118.829**	**506.704**	**751.770**

(*) Opções baixadas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações.

Notas Explicativas

32. Plano de opção de ações--Continuação

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou o montante de R$4.451 (R$ 3.933 em 31 de dezembro de 2013) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para a outorga de 2013 e 2014, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial. Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Outorga Junho/2012		**2ª Outorga Junho/2013**		**3ª Outorga Junho/2014**	
Lote	I	II	I	II	I	II
Quantidade de ações						
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420
Preço de exercício - (R$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42
Valor justo por opção - (R$)						
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47
Dividendos esperados (*"Dividend yield"*)	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%
Taxa de juro livre de risco						
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)						
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095

33. Subvenções governamentais

Crédito presumido de ICMS

Em fevereiro de 2013, a Companhia, através de sua Controladora, havia firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, termo de acordado para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS, que se estendeu até 31 de março de 2014.

O benefício fiscal usufruído no exercício de 2014 foi de R$ 2.830 (R$12.640 em 2013). Este montante foi registrado no resultado do período, reduzindo as despesas relacionadas de impostos sobre vendas, conforme disposto o CPC 07 (IAS 20) - Subvenção e Assistência Governamentais.

Proposta de Orçamento de Capital

Em R$ Mil	2014
Retenção de lucros (artigo 196 da Lei 6.404/76)	36.309
Fontes	**36.309**

Financiamento do capital de giro	22.491
Expansão da rede	3.622
Investimentos em melhorias operacionais e sistemas de informação	9.077
Investimentos em pesquisa e tecnologia	1.119
Aplicações	**36.309**

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Arezzo Indústria e Comércio S.A.

Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arezzo Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a

auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da

apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arezzo Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting

Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de

auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 02 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Guilherme Ghidini Neto

Contador CRC RS-067795/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, nº 147, Salas 1301 e 1303, Bairro Funcionários, CEP 30112-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.590.234/0001-76, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015.

Alexandre Café Birman – Diretor Presidente e Vice Presidente de Operações

Thiago Lima Borges – Diretor Financeiro, Diretor Vice Presidente Corporativo e Diretor de

Relações com Investidores

Marco Antônio Ferreira Coelho - Diretor sem designação específica

David Nery Python - Diretor sem designação específica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Fernandes Tourinho, nº 147, Salas 1301 e 1303, Bairro Funcionários, CEP 30112-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.590.234/0001-76, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada.

São Paulo, 02 de março de 2015.

Alexandre Café Birman – Diretor Presidente e Vice Presidente de Operações

Thiago Lima Borges – Diretor Financeiro, Diretor Vice Presidente Corporativo e Diretor de

Relações com Investidores

Marco Antônio Ferreira Coelho - Diretor sem designação específica

David Nery Python - Diretor sem designação específica